



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2014
às 11:00 horas**

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	3
II. CONVITE	4
III. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS	5
IV. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA	7
V. ANEXOS.....	11
ANEXO A.....	12
MODELO DE PROCURAÇÃO.....	12
ANEXO B.....	13
EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	13
ANEXO C.....	15
RELATÓRIO DA ASSESSORIA JURÍDICA.....	15

I. INTRODUÇÃO

O presente manual (“Manual”) foi elaborado pela Administração da Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 25 de novembro de 2014 (“Assembleia”) às 11:00 horas na sede da Companhia.

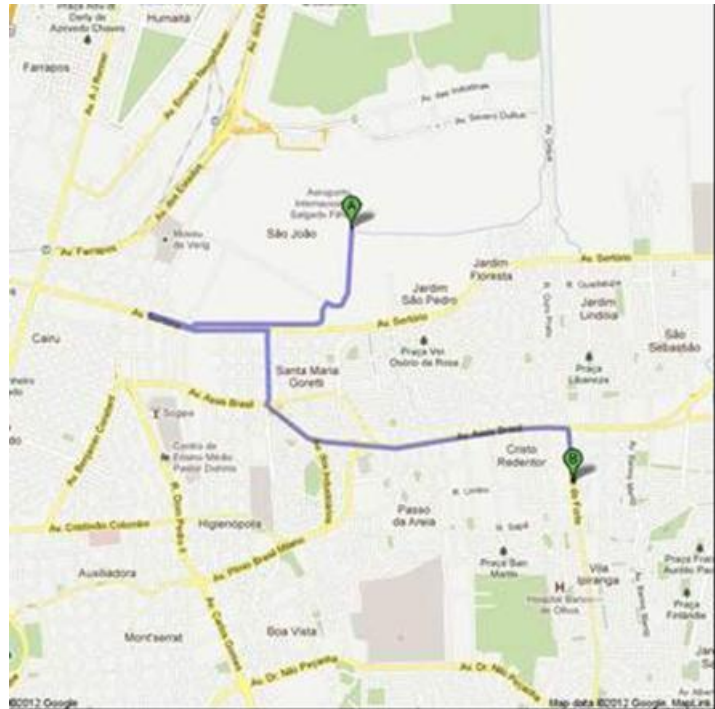
II. CONVITE

DATA: 25 de novembro de 2014

HORÁRIO: 11:00 horas

LOCAL: Sede social da Companhia,
localizada na Av. do Forte, n.º 511 - Vila
Ipiranga, CEP: 91.360-000, Porto Alegre, RS
– Brasil

MAPA: Indica o percurso do Aeroporto
Internacional Salgado Filho até a
Companhia:



MATÉRIAS: Em Assembleia Extraordinária:

I – Itens propostos pelo Conselho de Administração da Companhia, pela unanimidade de votos, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) realizada em 23 de setembro de 2014, tendo sido aprovado convocar Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede da Companhia, no dia 25 de novembro de 2014, às 11:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012;
- (ii) examinar, discutir e votar as contas dos administradores da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013;
- (iii) deliberar sobre a eventual propositura de ação de responsabilidade, nos termos do artigo 159 da Lei nº 6.404/1976, em face de atuais e antigos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, tendo em vista os fatos objeto do Relatório elaborado pelo Comitê Especial Independente, constituído pelo Conselho de Administração em reunião de 28.03.2014, e o parecer jurídico elaborado pelo escritório Rosman, Penalva, Souza Leão, Franco e Advogados, contratado pela Diretoria da Companhia conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27.06.2014; e
- (iv) caso seja aprovada a propositura da ação de responsabilidade acima referida em face de atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, e tendo em vista o disposto nos artigos 159, §2º e 141, §3º da Lei nº 6.404/1976, realizar nova eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

III. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

- a) documento de identidade;
- b) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a quatro dias contados da data prevista para a realização da Assembleia; ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente;
- c) dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (Art. 15, § 1º do Estatuto Social); e
- d) se for o caso, instrumentos de mandato para representação do Acionista por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do art. 126, §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor (“Lei das S.A.”), desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social, do contrato social ou do regulamento do fundo de investimento atualizado e do ato que investe o representante dos poderes necessários).

Observações:

(1) Para os fins do item “a” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(2) Com relação ao item “b” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de três dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

(3) Para os fins do item “d” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).

(4) Também para os fins do item “d” acima, no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.

(5) Ainda para os fins do item “d” acima, no caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverão passar por processo de notariação e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

(6) Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que encontra-se a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como os advogados da Companhia, Simone Tais Baguinski ou Claudia Gislene do Santos, caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade dos mesmos, caberá aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “V – Representação dos Acionistas”.

A respeito do Anexo A e do nome acima indicado, a Administração da Companhia ressalta que os Senhores Acionistas, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procuradores configura um pedido público de procuração para os fins do Artigo 23 da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “V – Representação dos Acionistas” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente **até às 18:00 horas do dia 21 de novembro de 2014**, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos via fax-símile para o número (51) 3021-3110, em atenção à Área de Relações com Investidores (A/C Doris Wilhelm ou Felipe Gaspar Oliveira); por e-mail para ri@taurus.com.br, doris.wilhelm@taurus.com.br; ou, ainda, para o seguinte endereço:

Forjas Taurus S.A.

Avenida do Forte, n.º 511 - Vila Ipiranga, CEP 91360-000 - Porto Alegre, RS - Brasil

A/C Diretoria de Relações com Investidores - Doris Wilhelm

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

IV. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Dessa forma, este Manual apresenta, de forma sistemática, as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, ou indica o local em que algumas dessas informações encontram-se disponíveis.

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

(i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012;

(ii) examinar, discutir e votar as contas dos administradores da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013;

Em relação aos itens (i) e (ii) acima, vimos informar que a aprovação das contas dos administradores ainda estava em aberto e entrou na ordem do dia da Assembleia, em função dos seguintes atos societários anteriores:

I. AGO realizada em 30.04.14 deliberou o que segue no item abaixo da ata:

6.1. Antes de iniciadas a votação das matérias constantes da ordem do dia, foi deliberado, por maioria de votos dos acionistas presentes, retirar da pauta da Assembleia os itens referentes às contas dos administradores da Companhia relativos aos exercícios de 2013 e 2012, devendo as referidas matérias serem objeto de nova Assembleia Geral no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de 30.04.14.

II. AGE realizada em 27.06.14 deliberou o que segue nos itens abaixo constantes da ata:

6.4. Foi deliberado, por maioria de votos dos acionistas presentes, suspender a apreciação das contas dos administradores da Companhia relativas ao exercício social de 2012, devendo tal matéria ser objeto de nova Assembleia Geral após apresentação do relatório jurídico de uma assessoria jurídica especializada independente, a ser contratada pela Diretoria da Companhia, dentro do menor prazo possível para analisar as conclusões do relatório apresentado pelo Comitê Especial Independente, bem como recomendar as medidas cabíveis.

6.5. Foi deliberado, por maioria de votos dos acionistas presentes, suspender a apreciação das contas dos administradores da Companhia relativas ao exercício social de 2013, devendo tal matéria ser objeto de nova Assembleia Geral após apresentação do relatório jurídico de uma assessoria jurídica especializada independente, a ser contratada pela Diretoria da Companhia, dentro do menor prazo possível para analisar as conclusões do relatório apresentado pelo Comitê Especial Independente, bem como recomendar as medidas cabíveis.

III. Comunicado ao Mercado datado de 14.08.14 informando que a assessoria jurídica contratada pela Diretoria tinha prazo até 15 de setembro de 2014 para elaboração do relatório e entrega ao Conselho de Administração para convocação de Assembleia Geral de Acionistas para a deliberação acerca das conclusões do relatório.

Tendo em vista a conclusão do relatório e a apreciação pelo Conselho de Administração em 23.09.14, conforme ata divulgado no mesmo dia, os item (i) e (ii) foram contemplados na ordem do dia da AGE convocada para 25.11.14 às 11h.

(iii) deliberar sobre a eventual propositura de ação de responsabilidade, nos termos do artigo 159 da Lei nº 6.404/1976, em face de atuais e antigos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, tendo em vista os fatos objeto do Relatório elaborado pelo Comitê Especial Independente, constituído pelo Conselho de Administração em reunião de 28.03.2014, e o parecer jurídico elaborado pelo escritório Rosman, Penalva, Souza Leão, Franco e Advogados, contratado pela Diretoria da Companhia conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27.06.2014; e

Os documentos relativos a esta matéria, constante da ordem do dia da Assembleia nos termos da Instrução 481/09, são os seguintes:

- I. Relatório do Comitê Especial Independente (“CEI”)**, constituído pelo Conselho de Administração em reunião de 28.03.2014 foi disponibilizado pela Companhia aos acionistas e ao mercado em geral, via Comunicado ao Mercado de 12 de junho de 2014, pelo Sistema IPE da CVM, como anexo à Proposta da Administração reapresentada na mesma data, estando disponível nos sites: www.taurusri.com.br; www.cvm.org.br; e www.bvmf.com.br;
- II. Relatório da Assessoria Jurídica (ANEXO C)** com o Parecer Jurídico elaborado pelo escritório Rosman, Penalva, Souza Leão, Franco e Advogados contratada pela Diretoria da Companhia, conforme aprovado na AGE de 27.06.14.

(iv) caso seja aprovada a propositura da ação de responsabilidade acima referida em face de atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, e tendo em vista o disposto nos artigos 159, §2º e 141, §3º da Lei nº 6.404/1976, realizar nova eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Caso seja votada a ação de responsabilidade, pelo art. 159, § 2º, o administrador ou administradores contra os quais deva ser proposta a ação, ficarão impedidos e deverão ser substituídos na mesma assembleia. Tendo em vista que os membros do Conselho de Administração da Companhia foram eleitos pelo processo de voto múltiplo na AGE de 27/06/14, será necessária nova eleição de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, que poderá ser realizada por meio de dois sistemas de votação, quais sejam:

- (i) votação por chapa; ou
- (ii) processo de voto múltiplo.

Votação por Chapa

A votação por chapa é o sistema ordinário de eleição de membros do Conselho de Administração. Nesse caso, vota-se em bloco para todos os cargos e o grupo que obtiver a maioria dos votos da assembleia torna-se vitorioso e todos os cargos do conselho são preenchidos pelos membros integrantes de sua chapa.

Nos termos do §1º do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, será assegurado aos acionistas não-controladores, excluídos os Controladores Atuais (conforme definido no §1º do art. 52 do Estatuto Social da Companhia), o direito de eleger até dois membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, desde que os Controladores Atuais tenham a maioria dos respectivos membros. O preenchimento dessas vagas

por acionistas não-controladores observará o disposto no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, especialmente em seu artigo 141, sumarizado nas seguintes seções: “Processo e Voto Múltiplo” e “Votação em Separado”.

Processo de Voto Múltiplo

Trata-se de procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao Acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, sendo que todos acionistas votam simultaneamente.

- **Legitimados e Prazo para Requerer a Adoção do Voto Múltiplo**

Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, desde que o façam por pedido escrito, à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral.

- **Votação em Separado**

Além da utilização do processo de voto múltiplo, no caso de companhias com Acionista Controlador definido, a lei garante o direito de exigir a realização de uma votação separada para eleição de um membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de Acionistas: (i) minoritários titulares de ações ordinárias presentes na Assembleia Ordinária que representem, individualmente ou em conjunto, pelo menos 15% do capital social com direito a voto; e (ii) Acionistas titulares de ações preferenciais com voto restrito presentes na Assembleia Ordinária, que representem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 10% do capital social total.

O acionista controlador não participa dessa votação, que será realizada por maioria de votos dentro do universo de minoritários presentes que desejem participar dessa votação.

Ademais, caso nem os titulares de ações ordinárias nem os titulares de ações preferenciais presentes na Assembleia Geral atinjam os respectivos percentuais para exercício do voto separado, poderão agrupar suas ações e eleger, conjuntamente, um membro efetivo do Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo, 10% do capital social total.

Somente poderão exercer o direito a votação em separado os Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de três meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de Assembleia Ordinária.

- **Eleição que Cumule o Processo de Voto Múltiplo com o Voto em Separado**

Importante notar que tanto o voto múltiplo quanto o voto em separado podem ocorrer dentro da mesma assembleia geral. Assim, o Acionista deverá escolher se participa de um ou outro processo, e poderá, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar por voto múltiplo e parte para votar em votação em separado. Porém, um Acionista não pode utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Caso o processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado assegure(m) a eleição por acionistas não-controladores, excluídos os Controladores Atuais (conforme definido no §1º do art. 52 do Estatuto Social da Companhia), de apenas um membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, será

assegurado a estes acionistas não-controladores o direito de eleger mais um membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, ficando excluídos de tal votação os acionistas não-controladores que houverem eleito o primeiro membro por meio do processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado.

Quando os mecanismos do voto múltiplo e da votação em separado forem utilizados cumulativamente em uma mesma eleição, a Lei das S.A. garante a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% das ações com direito de voto o direito de eleger um membro a mais do Conselho de Administração do que os demais Acionistas (§ 7º do art. 141 da Lei das S.A.). Para tanto, o Acionista Controlador poderá eleger conselheiros além do número máximo de Conselheiros previsto no Estatuto Social.

Candidatos Indicados pela Atual Administração da Companhia

Não existe lista de candidatos indicados ou apoiados pela Atual Administração da Companhia, nesta data ou indicação de qualquer outro acionista, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481/09, ou do Ofício Circular CVM/SEP/01 de fev/14, razão pela qual, não foram incluídos os itens 12.6 a 12.10 do FRE – Formulário de Referência, na divulgação deste Manual.

V. ANEXOS

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Os anexos deste Manual apresentam algumas das informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, conforme abaixo indicado.

ANEXO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
Anexo A	Modelo de Procuração	-
Anexo B	Edital de Convocação	Edital de Convocação para a Assembleia.
Anexo C	Relatório do Assessor Jurídico	Parecer do Rosman, Penalva, Souza Leão, Franco e Advogados

A Administração da Companhia esclarece que a numeração dos subitens dos Anexos ao presente Manual observa, quando aplicável, a respectiva numeração constante do Formulário de Referência ou dos anexos à Instrução CVM 481.

Porto Alegre, 24 de setembro de 2014.

ANDRÉ RICARDO BALBI CERVIÑO
Diretor Presidente

DÓRIS BEATRIZ FRANÇA WILHELM
Diretora de Relações com Investidores

*_*_*

ANEXO A

MODELO DE PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador a Sra. Simone Tais Baguinski, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 53.825 e no CPF nº 900.631.710-15, e/ou Sra. Claudia Gislene do Santos, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 87.141 e no CPF nº 821.080.050-72, ambas com endereço profissional na Av. do Forte, nº 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre – RS (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”), na Assembleia Extraordinária (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 10 de outubro de 2014, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida do Forte, nº 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Extraordinária:

Itens propostos pelo Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de setembro de 2014:

(i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2012:

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(ii) examinar, discutir e votar as contas dos administradores da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2013:

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(iii) deliberar sobre a eventual propositura de ação de responsabilidade, nos termos do artigo 159 da Lei nº 6.404/1976, em face de atuais e antigos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, tendo em vista os fatos objeto do Relatório elaborado pelo Comitê Especial Independente, constituído pelo Conselho de Administração em reunião de 28.03.2014, e o parecer jurídico elaborado pelo escritório Rosman, Penalva, Souza Leão, Franco e Advogados, contratado pela Diretoria da Companhia conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27.06.2014:

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(iv) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, caso seja aprovado o item (iii)

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

[Local], [dia] de [mês] de 2014

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B

FORJAS TAURUS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02

NIRE 43 3 0000739 1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia” ou “AGE”), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida do Forte n.º 511, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 25 de novembro de 2014, às 11:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012;
- (ii) examinar, discutir e votar as contas dos administradores da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013;
- (iii) deliberar sobre a eventual propositura de ação de responsabilidade, nos termos do artigo 159 da Lei nº 6.404/1976, em face de atuais e antigos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, tendo em vista os fatos objeto do Relatório elaborado pelo Comitê Especial Independente, constituído pelo Conselho de Administração em reunião de 28.03.2014, e o parecer jurídico elaborado pelo escritório *Rosman, Penalva, Souza Leão, Franco e Advogados*, contratado pela Diretoria da Companhia conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27.06.2014; e
- (iv) caso seja aprovada a propositura da ação de responsabilidade acima referida em face de atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, e tendo em vista o disposto nos artigos 159, §2º e 141, §3º da Lei nº 6.404/1976, realizar nova eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Instruções Gerais:

- Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração, a ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 23.09.2014 e o parecer jurídico elaborado pelo escritório *Rosman, Penalva, Souza Leão, Franco e Advogado*, estão disponíveis na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br),

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurus.com.br).

– O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, caso tal deliberação se faça necessária, é de 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada, devendo ser exercido pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, conforme previsto no artigo 141, §1º, da Lei nº 6.404/1976.

– Para poder participar da Assembleia, nos termos do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; (iii) dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (Art. 15, § 1º do Estatuto Social); e (iv) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

– Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 21 de novembro, às 18:00 horas, o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos, em atenção à área de relações com investidores (A/C Dóris Wilhelm), via fac-símile para o número (51) 3021-3110; por e-mail para ri@taurus.com.br ou doris.wilhelm@taurus.com.br, ou, ainda, para o seguinte endereço: Avenida do Forte, nº 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, Porto Alegre, RS – Brasil.

–

Porto Alegre, 24 de setembro de 2014.

Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.

ANEXO C

RELATÓRIO DA ASSESSORIA JURÍDICA

ROSMAN, PENALVA, SOUZA LEÃO, FRANCO

ADVOGADOS

Luiz Alberto Colonna Rosman
Ary Azevedo Franco Neto
Luiz Paulo Nogueira da Gama Villhena
Danielle Bittencourt Coutil Parente
Fabiana Parente de Mello Modiano
João Pedro Osório
Gianvito Ardito

Luciano de Souza Leão Jr.
Luiz Henrique Ferreira Leite
Salvador Esperança Neto
Pedro Wehrs do Vale Fernandes
Paula Ferraz Vianna
Marina Paiva Franco Netto da Costa

Paulo Penalva Santos
José Alexandre Corrêa Meyer
Guilherme Penalva Santos
Giovanna Luz Podcameni

Vanilda Fátima Matoline Hin
Helia Márcia Gomes Pinheiro
José Olympio Corrêa Meyer
Rodolfo Wehrs

Consultor: Alberto Venancio Filho

FUNDADORES: JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA (1925-2006) • ANTONIO FERNANDO DE BULHÕES CARVALHO (1925-2009)
ESCRITÓRIOS ASSOCIADOS: ROSMAN, SOUZA LEÃO, FRANCO E ADVOGADOS & PENALVA SANTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER JURÍDICO

Natureza jurídica e funções das demonstrações financeiras. Princípio da Clareza e Veracidade do Balanço. Tomada de contas de administradores, elaboração e aprovação de demonstrações financeiras. Sua natureza jurídica. Regime da responsabilidade civil de administrador de companhia. Ação social e ação individual. Necessidade de anulação da assembleia que aprovou as contas como requisito para propositura da ação de responsabilidade. Ônus da prova na ação de responsabilidade contra administrador. Análise da situação de fato objeto da consulta.

CONSULTA

Forjas Taurus S.A. (“Taurus”, “Companhia” ou “Consulente”), por sua ilustre advogada Dra. Claudia Santos Farias, em cumprimento ao deliberado em AGE da Companhia realizada em 27.06.2014, formula consulta tendo por objeto análise do conteúdo e das conclusões a que chegou o Comitê Especial Independente (“CEI”) constituído pelo Conselho de Administração eleito em abril de 2013, relativamente a atos e fatos envolvendo a escrituração dos valores contábeis do “negócio máquinas” da Companhia, com destaque especial para a

alienação desse negócio a terceiros, mediante operação de criação e posterior alienação de quotas da sociedade SM Metalurgia Ltda. (“SML”) – sociedade para a qual foram transferidos ativos vinculados à operação da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. e Wotan Máquinas Ltda. (os denominados “ativos Taurus Wotan”) – para a Renill Participações Ltda., sociedade integrante do Grupo SüdMetal (“Renill”).

De acordo com o relato elaborado pelo CEI (“Relatório”), a sequência dos fatos que resultaram na montagem da referida operação teve início em outubro de 2011, quando da contratação da BR Partners Assessoria Financeira Ltda. para prospectar possíveis interessados na aquisição daquele segmento operacional da Consulente, e após a identificação do Grupo SüdMetal (entre outros) como possível interessado, administradores da Companhia, sem a intermediação da BR Partners, iniciaram (meses após) tratativas diretas de negociação que, em 20.06.2012, culminaram com a celebração de contrato de promessa de compra e venda de quotas. Tal contrato veio a ser aditado, com diversos ajustes – inclusive de aparente majoração de preço – em 06.08.2012, 02.01.2013 e, finalmente, em 12.09.2013, sendo esta última versão aquela que passou a refletir o entendimento final acordado entre as partes. Segue, esquematicamente, a sucessão dos fatos constantes do Relatório (as pessoas são citadas por referência aos cargos que exerciam à época):

- março de 2012 – em jantar onde alegadamente estavam presentes Gilmar Rabaioli (Diretor Administrativo da Taurus), Octávio Teichmann (Vice-Presidente do Grupo SüdMetal) e Renato Conill (Presidente do Grupo SüdMetal e da Renill), teriam sido estabelecidos os termos básicos do acordo para a aquisição do “negócio máquinas” pelo Grupo SüdMetal;

- 10.04.2012 – Renato Conill envia a Dennis Gonçalves (Diretor Presidente da Taurus) proposta de aquisição de Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“Taurus Máquinas”) por R\$ 64 milhões, mediante assunção de dívidas diversas, condicionado a uma *due diligence*;

- 23.04.2012 – Teichmann envia a Rabaioli uma primeira minuta de contrato, onde são dispostos os termos básicos do acordo esboçado anteriormente;

- 25.05.2012 – após decisão do Conselho de Administração no sentido de liquidar a Taurus Máquinas (reunião de 10.05.2012), surge nova proposta da Renill, onde o preço ofertado para aquisição aumenta de R\$ 64 milhões para R\$ 128 milhões, a ser pago em duas parcelas: a Parcela A, de R\$ 64 milhões, a ser paga em doze parcelas semestrais, a partir de 30.06.2013, sendo as duas primeiras sem correção e as subsequentes corrigidas pela TJLP; e a Parcela B, de R\$ 64 milhões, a ser paga em prazo compatível com a comprovada rentabilidade esperada da SML que se verificasse. Nesta proposta, como vantagem em relação à primeira, se evitaria o imediato reconhecimento da perda contábil, considerando que o novo preço de venda estaria em linha com o valor contábil do investimento;

- 30.05.2012 – após discutir os termos da proposta, a diretoria da Companhia recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação, com base nas estimativas de Rabaioli sobre o impacto negativo do fechamento da empresa, a saber: perda de R\$ 80 milhões, saída de caixa de R\$ 45 milhões e responsabilidade por assistência técnica perante os clientes;

- 05.06.2012 – Edair Deconto (Diretor Executivo de Auditoria da Taurus) encaminha modelo denominado “*Projeto para alienação da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.*” para as seguintes pessoas: Amoreti Gibbon (membro do Conselho Fiscal da Taurus), Carlos Miguel (Coordenador de Controladoria da Taurus), Dennis Gonçalves, Felipe Dias (Diretor Executivo de Finanças da Taurus), Gilmar Rabaioli, Jaguarê Teixeira (não identificado), Marcelo Saweryn (membro do Conselho Fiscal da Taurus) e Ricardo Alfonsin (advogado externo da Taurus). Nessa mesma data o Conselho de Administração aprova a transação de venda da Taurus Máquinas para a Renill;

- 11.06.2012 – é distribuída nova minuta de contrato já refletindo a estrutura da venda mediante a criação da SML. Nessa minuta, se estabeleceu que o preço de venda seria

de R\$ 108.154.000,00, a ser pago em duas parcelas, em condições análogas àquelas da minuta anterior: a Parcela A de R\$ 64 milhões e a Parcela B de R\$ 44,154 milhões;

- 20.06.2012 – O conselho de administração, por unanimidade, aprova formalmente a operação – nada obstante identificar riscos na proposta, até em função das condições financeiras da compradora – e, ainda nessa mesma data, é assinado o contrato entre as partes, substancialmente nos termos da última proposta apresentada pela Renill: o preço de compra de 100% das quotas do capital social da SML foi fixado em R\$ 115,350 milhões, sendo a Parcela A no valor de R\$ 64 milhões e a Parcela B no valor de R\$ 51,350 milhões. É destacado pelo Relatório que, apesar dos riscos envolvidos na operação e na estrutura financeira da venda, não houve qualquer ajuste contábil ou nota explicativa que refletisse esses aspectos;

- 06.08.2012 – o contrato sofre seu primeiro aditamento, tendo por objeto o estabelecimento de correção monetária e incidência de juros sobre as parcelas do preço, o que possibilitou, em última análise, que a Taurus não tivesse que reconhecer prejuízo por ajuste a valor presente dos recebíveis do contrato;

- agosto de 2012 a janeiro de 2013 – celebração de diversos contratos entre a Taurus e o Grupo SüdMetal, tendo por objeto a prestação de vários serviços que, segundo apurado, revelaram-se fictícios – e posteriormente declarados nulos – e tinham por real finalidade “*compensar ou tornar sem efeito compromissos contratuais assumidos pela Renill que não faziam parte do negócio jurídico querido pelas partes*” (Relatório, item 73), o que implicou em alterar-se o valor total do contrato em sua substância (ao menos do ponto de vista formal);

- 02.01.2013 – o contrato sofre mais um aditamento, através do qual cancela-se a Parcela B do preço de compra (que representava R\$ 51,350 milhões);

- 12.09.2013 – terceiro e último aditivo ao contrato, motivado pelo inadimplemento da Renill quando do vencimento, em 30.06.2013, da primeira prestação da

Parcela A do preço, através do qual se reduziu o preço de compra de R\$ 115,350 milhões para R\$ 57,520 milhões, a ser pago da seguinte forma: “(a) uma primeira prestação de R\$ 1.960.000,00, a ser paga pela Renill, através da SML, com o fornecimento de peças e componentes na prestação de serviços de garantia de máquinas fabricadas por TMFL e Wotan, bem como o fornecimento de peças e componentes para qualquer empresa do Grupo Taurus; (b) duas prestações, no valor de R\$ 2.055.000,00 cada, uma com vencimento em 30.06.2014 e outra com vencimento em 30.12.2014; e (c) o saldo, em 14 prestações semestrais, no valor de R\$ 3.675.000,00 cada uma, com vencimento a partir de 30.06.2015.”¹ (Relatório, item 90)

Com base nesses fatos, e outros aspectos da operação a serem referidos mais adiante neste parecer, o relatório final elaborado pelo CEI aponta irregularidades que acabaram por afetar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios de 2011 e 2012, como divulgado nos sistemas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 28.03.2014, salientando que “tais irregularidades acarretaram prejuízos financeiros e reputacionais à Companhia e prejuízos aos usuários das demonstrações financeiras que tomaram suas decisões com base em documentos que não refletiam adequadamente a situação econômico-financeira da empresa como um todo”.

Em breve síntese, os eventos a serem considerados neste parecer conformam operação de alienação do “negócio máquinas” da Companhia, que vinha sendo por ela explorado, com sucessivas perdas, através de sua controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., e neste processo de alienação – tanto pelas condições acordadas quanto por diversos episódios incidentais apurados e investigados – revelou-se o enredo de ações concertadas e praticadas ao longo dos exercícios de 2012 e 2013, do qual resultaram imprecisas e equivocadas de erros as demonstrações financeiras da Consultante relativas ao exercício de 2012 – que, nada obstante a retirada de pauta da aprovação das contas dos administradores relativas aos exercícios de 2012 e 2013, acabaram por ser rerratificadas e aprovadas em conjunto com as

¹ “Todas as prestações seriam corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros de 1,8% ao ano, e as previstas nas letras ‘b’ e ‘c’, *supra*, seriam garantidas por notas promissórias avalizadas por SüdMetal até que fosse constituída a garantia hipotecária, após a qual o aval perderia o efeito.” (Relatório, item 91)

demonstrações financeiras de 2013, na AGO/E da Companhia de 30.04.2014 – evidenciando-se a prática de atos de má gestão da Companhia no mesmo período, com as naturais implicações daí resultantes. Cabe salientar que a AGO/E de 26.04.2013 já havia aprovado, por unanimidade (com abstenção de alguns acionistas e daqueles legalmente impedidos de votar) e sem qualquer ressalva, “as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.”

Tal como consignado no Relatório (itens 112 a 115):

“Diante dos fatos narrados, o CEI entende que foram cometidas graves irregularidades no processo de venda SML, e que essas irregularidades estão interligadas, fazendo parte de um conjunto de atos concebidos de modo a alienar o ‘negócio máquinas’ sem realizar prejuízo. Melhor dizendo, sem evidenciar as perdas que seriam incorridas caso o preço de venda permanecesse sendo os R\$ 64 milhões inicialmente acordados com a compradora.

Assim optou-se por uma negociação direta com o Grupo SüdMetal, com quem foi possível negociar condições não usuais nesse tipo de transação, em especial, a adição de uma parcela ao preço de venda de R\$ 64 milhões que havia sido negociado em troca de compromissos de que esse adicional seria compensado ou não seria cobrado. Assim, foi possível equalizar o preço de venda ao custo contábil dos ativos negociados sem que obrigasse a parte compradora e, ao mesmo tempo, permitiu encaminhar uma solução para a questão Wotan, ou seja, a alienação de seus ativos e a quitação da dívida de mútuo.

Posteriormente, descobriu-se que haviam sido assinados documentos e contratos que asseguravam à parte compradora que a parcela adicional não seria cobrada. Esses documentos fizeram parte intrínseca do negócio e como tal devem ser considerados para efeito da apuração das irregularidades cometidas e responsabilidades.

Portanto, identificam-se três níveis de irregularidades: (i) pela concepção e aprovação do negócio com intuito de aumentar artificialmente o valor do Contrato de modo a não evidenciar a perda sofrida; (ii) pela execução

de atos fictícios intrínsecos ao negócio tal como foi concebido e (iii) por falta de diligência daqueles – inclusive a auditoria externa independente – que tinham o dever de supervisionar e fiscalizar os atos da Diretoria e de certificar-se da licitude dos atos por ela praticados.” (grifos nossos)

Posteriormente ao envio do Relatório e demais elementos que lhe serviram de base, foi-nos também encaminhado (em 26.08.2014) pela Consulente um conjunto adicional de documentos – em razão de requerimento nesse sentido formulado pelo Sr. Luis Fernando Costa Estima – contendo: (i) apreciação preliminar dos fatos elaborada pelo CEI e divulgada em 20.05.2014; (ii) manifestação do Sr. Luis Fernando Costa Estima sobre essa apreciação preliminar, datada de 06.06.2014; e (iii) manifestação do advogado Dr. Ricardo Barbosa Alfonsin impugnando o Relatório Final do CEI, datado de 06.06.2014, aos membros do conselho de administração da companhia, acompanhada das adesões aos termos dessa impugnação apresentadas pelos Srs. Felipe Saibro Dias, Gilmar Antonio Rabaíoli, Jorge Py Velloso, Marcelo de Deus Saweryn, Edair Deconto e Amoreti Franco Gibbon, todas as correspondências datadas de 23.06.2014.

A partir dos fatos e elementos acima resumidamente expostos, a consulta que nos foi feita – conforme e-mail enviado pela Dra. Simone Baguinski, em 15.07.2014 – é sobre se as conclusões a que chegou o CEI no Relatório fundamentam a propositura de medidas judiciais que tenham por objeto a indenização da Companhia pelas possíveis perdas sofridas em decorrência dos atos praticados por seus antigos administradores, tendo por núcleo a operação de alienação do “negócio máquinas” da Taurus para o Grupo SüdMetal e a publicação de balanço que não evidenciava as perdas sofridas na venda daquele ativo, para o que deve ainda ser analisada a legitimidade para ajuizamento e decisão sobre a adoção de tais medidas, identificados os respectivos sujeitos passivos, bem como abordada a plausibilidade de ser efetiva a execução de eventual sentença condenatória delas decorrente.

PARECER

Para responder às questões objeto da consulta, é necessária uma exposição, ainda que sumária, sobre uma série de princípios e normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976) relativamente aos seguintes tópicos: (a) natureza jurídica e funções das demonstrações financeiras; (b) tomada de conta dos administradores e aprovação do balanço; (c) responsabilidade civil de administrador de companhia; (d) ação social e ação individual; (e) necessidade de anulação da assembleia que aprovou as contas como requisito para propositura da ação de responsabilidade; e (f) ônus da prova na ação de responsabilidade contra administrador. Com base nos princípios expostos acerca desses temas, será possível, à vista das circunstâncias de fato do caso, analisar, em tese, as medidas judiciais cabíveis para obter reparação pelos prejuízos sofridos.

1.0 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E APROVAÇÃO DE CONTAS DE ADMINISTRADORES

Natureza Jurídica e Funções das Demonstrações Financeiras²

1. As demonstrações financeiras são quadros elaborados com base na escrituração mercantil, acompanhados de notas explicativas, que apresentam, de modo resumido e com disposição que facilita a sua compreensão, informações quantificadas sobre a situação do patrimônio da companhia e suas modificações no período anterior ao balanço³.

A escrituração mercantil e as demonstrações financeiras são instrumentos indispensáveis para conhecer as finanças da companhia, pois estas são conjuntos de fatos financeiros que não podem ser representados e compreendidos a não ser quando organizados pela escrituração. É a escrituração que, ao reunir, classificar, avaliar, registrar e somar, com

² Partes deste capítulo baseiam-se nas lições de José Luiz Bulhões Pedreira em seu Livro “Finanças e Demonstrações Financeiras da Companhia” (Forense, 1989).

³ Esses quadros são designados demonstrações porque revelam, ou dão a conhecer, aspectos do patrimônio, e são financeiros porque fornecem informações sobre as finanças da Companhia.

observância da técnica contábil, o grande número de mutações que ocorrem no patrimônio da companhia, possibilita a elaboração de demonstrações ou relatórios resumidos que tornam inteligíveis o patrimônio e as finanças da companhia.

2. Como instrumento de conhecimento das finanças da companhia, as demonstrações financeiras têm duas importantes funções: (a) nas relações internas da sociedade, a de determinar a existência de lucro que deva ou possa ser distribuído aos que têm direito de dele participar, e, (b) nas relações externas, tornar acessível a terceiros o conhecimento da situação financeira e dos resultados da companhia, indispensável para que (i) os que com ela negociam possam avaliar o risco do crédito que lhe concedem e (ii) os participantes dos mercados de capital possam basear em fatos suas decisões de adquirir ou alienar valores mobiliários de emissão da companhia.

Princípio da Clareza e Veracidade do Balanço

3. Para desempenhar essas duas funções, as demonstrações financeiras devem exprimir, de modo verdadeiro e correto, a situação financeira e os resultados da companhia. A Lei nº 6.404/76 ("LSA" ou "Lei das S.A.") contém normas cogentes sobre a elaboração, apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e estabelece, no artigo 176, que elas "deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício". As normas legais são complementadas pelos princípios de contabilidade geralmente aceitos e, no caso de companhias abertas, por normas regulamentares expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A importância que a lei empresta à confiabilidade e veracidade das demonstrações financeiras explica as normas do Código Penal que sujeitam à pena de reclusão de 1 a 4 anos (a) "o diretor (...) que (...) em (...) balanço (...) faz afirmação falsa sobre as condições econômicas da sociedade, ou oculta fraudulentamente, no todo ou em parte, fato a elas relativo" (art. 177, § 1º, I), e (b) "o diretor ou gerente que, na falta de balanço, em desacordo

com este, ou mediante balanço falso, distribui lucros ou dividendos fictícios" (art. 177, § 1º, VI).

Tomada de Contas de Administradores, Elaboração e Aprovação das Demonstrações Financeiras

4. A lei atribui à assembleia geral competência privativa para tomar, anualmente, as contas dos administradores (art. 122, III); prescreve aos administradores o dever de elaborar anualmente "o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo" (art. 133, I) e as demonstrações financeiras do exercício (art. 176); e regula a competência e o procedimento da assembleia geral ordinária, atribuindo-lhe as funções de tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras (art. 132, I).

5. Os instrumentos da tomada de contas dos administradores pela assembleia geral são o relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer do conselho fiscal, se em exercício, e o parecer do auditor independente, se houver.

As demonstrações financeiras não são elaboradas com a finalidade de prestar contas, e sim de informar a situação patrimonial e os resultados da companhia, mas servem de instrumento da prestação de contas porque os efeitos patrimoniais dos atos praticados pelos administradores são registrados na escrituração mercantil, a partir da qual são elaboradas as demonstrações.

As demonstrações financeiras apresentam saldos de contas (ou grupos de contas) da escrituração mercantil e não atos singulares praticados pelos administradores. Sua leitura permite, todavia, uma avaliação global do resultado da administração e sugere questões sobre atos dos administradores. Por isso a lei requer que ao menos um dos administradores e o auditor independente, se houver, bem como os membros do conselho fiscal, se em exercício, estejam presentes à assembleia para atender a pedidos de esclarecimento de acionistas; e estabelece que

se a assembleia tiver necessidade de outros esclarecimentos, poderá adiar a deliberação e ordenar diligências (art. 134, § 2º).

6. A lei prescreve à companhia o dever de aprovar e divulgar anualmente as demonstrações financeiras: a diretoria deve elaborá-las ao fim de cada exercício social (art. 176), e uma das atribuições da assembleia geral ordinária é examinar, discutir e aprovar a proposta de demonstrações financeiras elaborada pela diretoria.

É o que ensina ANTONIO BRUNETTI ("Trattato Del Diritto Delle Società", Giuffrè, Milano, 1948, II, p. 453);

"Com a aprovação da assembleia o projeto (de balanço) torna-se definitivo. Com efeito, a assembleia tem o poder de modificá-lo e retificá-lo, não porém de não aprová-lo, sendo anualmente convocada exatamente para a aprovação."

7. As observações acima evidenciam que a assembleia geral ordinária examina e discute as demonstrações financeiras, em cada uma das suas duas funções, para fins, e com objetos e critérios distintos:

a) como instrumento de tomada de contas, com o fim de julgar os atos dos administradores e, se for o caso, promover ação de responsabilidade contra os mesmos; o objeto da deliberação são aqueles atos e os critérios são as normas legais que definem os deveres e regulam a responsabilidade dos administradores;

b) como instrumento de conhecimento das finanças da companhia, com o fim de verificar a exatidão da proposta de demonstrações elaborada pela diretoria e nelas introduzir as modificações que julgar convenientes; o objeto da deliberação são as demonstrações financeiras e os critérios são a sua conformidade com os fatos e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

8. A distinção entre (a) deliberação sobre prestação de contas e (b) deliberação sobre demonstrações financeiras é confirmada pela redação da lei que, no item III do artigo 122, declara competir privativamente à assembleia geral "tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas", e no artigo 133 se refere, em itens distintos, ao "relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo" (I) e à "cópia das demonstrações financeiras" (II).

Essa distinção já era destacada no início do século passado por RODOLFO FISCHER ("Las Sociedades Anónimas, Su Régimen Jurídico", trad. do alemão, Editorial Réus, Madrid, 1934, pp. 376-7):

"A assembleia geral ordinária é competente para tomar deliberações sobre a aprovação do balanço e distribuição de lucros, assim como para exonerar de responsabilidade a direção da sociedade e o seu conselho de inspeção (§ 260, ap. 1). A assembleia geral é o *órgão exclusivamente competente para estes efeitos*. Trata-se de três atribuições de natureza distinta. A que consiste em exonerar de responsabilidade os órgãos de direção envolve o direito de dispor dos direitos e ações da sociedade, e principalmente do direito de dispor e renunciar a ações que possam assistir à sociedade contra os membros do conselho de direção e inspeção. Por outro lado, a atribuição de aprovar o balanço, ou, mais exatamente, de formá-lo, e de deliberar a distribuição de lucros tem, no fundo, caráter declaratório."

Natureza Jurídica da Deliberação que Aprova as Demonstrações Financeiras

9. Como destacado pelo saudoso JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA ("Direito das Companhias", Forense, 2009, 1ª Edição, Vol. II, § 359, nº 5, pp.1514 e segs.) – cujas linhas de argumentação tomamos emprestada (nesta e em outras seções deste parecer) – a distinção entre as duas deliberações (tomada de contas e aprovação das demonstrações financeiras) é confirmada pela diferença de natureza jurídica.

A deliberação que aprova contas é declaração de vontade que exonera de responsabilidade os administradores, salvo erro, dolo, fraude ou simulação (art. 286). É modalidade de quitação. Da mesma natureza é a deliberação que nega aprovação às contas, ou as aprova com determinadas ressalvas.

A natureza da deliberação que aprova as demonstrações financeiras é objeto de controvérsia entre os autores, entendendo alguns que é uma declaração de ciência, ou reprodutiva, e outros, que compreende uma declaração de vontade.

Os que a classificam como declaração de ciência sustentam que implica apenas verificação dos fatos financeiros da companhia; os que nela veem manifestação de vontade argumentam que o reconhecimento e a avaliação dos elementos patrimoniais e de resultado requerem escolha de critérios, e que a assembleia não aprova as demonstrações como mera declaração de ciência, mas no exercício da competência de definir o lucro que servirá de base para determinar os direitos dos que nele participam.

10. A Contabilidade, para identificar, classificar, registrar e avaliar os fatos patrimoniais, usa sistema de conceitos, postulados, pressupostos, princípios, métodos e critérios que, embora fundados em conceitos econômicos e financeiros, são em boa parte convencionais e resultam de considerações práticas e da experiência na utilização das demonstrações como fonte de informações. Além disso, no registro de muitos fatos patrimoniais a Contabilidade admite métodos e critérios alternativos, cabendo à companhia escolher o que adotar, desde que o mantenha uniforme no tempo.

A situação financeira e os resultados da companhia podem variar de modo relevante segundo os métodos e critérios adotados. Por isso, a lei requer que as notas explicativas das demonstrações financeiras indiquem "os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo" (art. 176, § 5º, "a"). Essas informações

são indispensáveis para que o leitor das demonstrações financeiras possa compreender o seu verdadeiro significado.

A lei contém e a Contabilidade recomenda princípios e regras sobre essas e outras matérias, e muitas delas deixam ampla margem de opções para a companhia. As demonstrações financeiras podem ser ditas declarações de ciência porque têm por função informar sobre os fatos financeiros da companhia, mas essa função pressupõe atos de vontade na escolha de métodos e critérios: informam fatos conhecidos, avaliados e classificados segundo métodos e critérios escolhidos pela companhia, no exercício do que é referido como "política de balanço ou de contabilização"⁴.

11. Ademais, a deliberação da assembleia geral que aprova as demonstrações não é ato que exprima simplesmente conhecimento das finanças da companhia. A assembleia geral delibera na qualidade de órgão social que exerce a atribuição legal de definir o lucro que servirá de base à determinação dos direitos de acionistas, titulares de partes beneficiárias e debenturistas, administradores e empregados que participem desse lucro. Ao aprovar as demonstrações financeiras, a assembleia geral manifesta a vontade da companhia de que as demonstrações aprovadas desempenhem essa função.

Essa natureza já era afirmada por TULLIO ASCARELLI ("Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado", São Paulo, Saraiva, 2ª ed., 1969, p. 423):

"Juridicamente, constitui, o balanço (ou, melhor, a deliberação assemblear que o aprova), um negócio declaratório, que visa simultaneamente determinados fatos e as consequências que deles decorrem à vista das regras jurídicas aplicáveis; visa, com efeito, o balanço, verificar o ativo e o passivo da sociedade, à vista da gestão do exercício; os lucros (ou as perdas) realizados; os lucros distribuíveis."

E, em nota, acrescenta:

⁴ Cite-se, sobre esse tópico, o conhecido parecer de Fabio Konder Comparato sobre a "Natureza Jurídica do Balanço", publicado em seus "Ensaio e Pareceres de Direito Empresarial" (Forense: Rio de Janeiro, 1978, pp. 29 a 37).

"A aprovação do balanço é, de um lado, o pressuposto para que se aperfeiçoe o direito do acionista à distribuição no lucro do exercício; de outro lado, enquanto não seja anulado, deverá o balanço ser atendido na disciplina jurídica das relações sociais que respeitam ao exercício ao qual se refere (desto ressaltando o caráter negocial da deliberação que o aprova, apesar da declaratoriedade da sua função); não representa, entretanto, diretamente, o fato constitutivo dos direitos e das obrigações respectivas e não pode prevalecer sobre as relações jurídicas que lhe cabe declarar."

Acresce que na nossa lei, em regra, a aprovação das demonstrações financeiras compreende ato de vontade de dar destinação a, ao menos, parte do lucro, porque a lei impõe o pagamento do dividendo das ações preferenciais desde que haja lucro (art. 203), prescreve a fixação no estatuto de dividendo obrigatório (art. 202) e requer que as demonstrações financeiras elaboradas pelos administradores registrem a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral (art. 176, § 3º).

12. Prevalece entre nós a opinião de que a deliberação que aprova as demonstrações financeiras é negócio jurídico unilateral, de certificação ou accertamento. Nesse sentido opinam FÁBIO KONDER COMPARATO (ob. cit., p. 35), GILBERTO DE ULHOA CANTO ("Estudos e Pareceres de Direito Tributário", Revista dos Tribunais, São Paulo: 1975, pp. 149 e segs.), LUIZ GASTÃO PAES DE BARROS LEÃES ("Do Direito do Acionista ao Dividendo", São Paulo, 1969, p. 69), FRAN MARTINS ("Comentários à Lei das S.A.", Forense, Rio de Janeiro, 1978, vol. II, Tomo II, p. 544) e RUBENS REQUIÃO ("Curso de Direito Comercial", São Paulo, Saraiva, 20ª ed., 1995, 2º vol., p. 193).

2.0 RESPONSABILIDADE CIVIL DE ADMINISTRADOR DE COMPANHIA

Regime da Lei

13. A LSA prevê que o administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão. O

administrador responde, porém, civilmente pelos prejuízos que causar quando proceder com culpa ou dolo, ainda que dentro de suas atribuições ou poderes, ou com violação da lei ou do estatuto (art. 158, *caput*, I e II da LSA).

14. Se o administrador agir dentro de suas atribuições e de acordo com os poderes que lhe são conferidos segundo as disposições da LSA e do estatuto social, é o patrimônio da companhia que responde pelos prejuízos causados a terceiros. Todavia, se o administrador agir com culpa ou dolo, ou com violação da lei ou do estatuto social, responde pelos prejuízos causados à companhia ou a terceiros com seu patrimônio.

15. Constituem atos regulares de gestão aqueles que são praticados pelo administrador, regularmente eleito, de acordo com as atribuições e poderes que lhe são conferidos segundo as disposições da LSA e do estatuto, observado o objeto social da companhia.

16. Todavia, a LSA estabelece a responsabilidade do administrador que proceder com culpa ou dolo, mesmo que dentro das atribuições e poderes que lhe são conferidos pela lei e pelo estatuto social. LUIZ ANTONIO DE SAMPAIO CAMPOS (“Direito das Companhias”, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1ª ed., v. I, p. 1.206), fundado na lição de VICENTE RAO, assim explica o conceito de culpa e dolo:

“Tomando emprestados os conceitos expostos em parecer de Vicente Rao (1956, p. 48 e segs.), o ‘dolo se configura nas violações do direito cometidas voluntariamente pelo agente, com a representação do resultado e a execução consentida dos atos capazes de causá-lo; e a culpa ocorre nas violações cometidas involuntariamente, para as quais, entretanto, o agente contribui pela imprudência, negligência ou imperícia de seus próprios atos’ e ressalta que na ‘apreciação do dolo não há maiores dificuldades, pois que o dolo consiste na astúcia, na malícia do modo de agir que visa, deliberadamente, à violação de direito alheio ou ao prejuízo do patrimônio de outrem, sempre ou quase sempre em proveito próprio’; ou, como diz Clóvis, em comentário ao texto, ‘consiste na intenção de ofender o direito ou prejudicar o patrimônio por ação ou omissão’.”

17. A LSA também prevê a responsabilidade do administrador que age com violação da lei ou dos estatutos. Nesses casos, presume-se a culpa do administrador. Assim, a ele caberá provar que os atos ilícitos decorreram de situações por ele não provocadas. A esse respeito, TRAJANO DE MIRANDA VALVERDE (“Sociedades por Ações” Rev. Forense, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1959, v. II, nº 633), ao tratar da distinção entre atos culposos e com violação da lei ou dos estatutos no regime do antigo Decreto-lei 2627/40 (itens I e II do art. 121 – cujos preceitos estão reproduzidos no art. 158 da LSA) – explica que:

“Essa distinção, que a doutrina, com assento no direito positivo, nem sempre, é certo, explícito, tem admitido, encontra o seu fundamento nos princípios que regulam o mecanismo administrativo da sociedade anônima e procuram assegurar o seu regular funcionamento. Mas, a distinção perderia de valor se, como geralmente se admite, houvesse necessidade de prova da culpa do diretor nos casos de violação da lei ou dos estatutos. Dir-se-á que a lei presume, nesses casos, a culpa do diretor pelo que a ele incumbirá provar que a violação da lei ou dos estatutos resultou de circunstâncias especialíssimas, por ele não provocadas ou relativamente às quais não podia ele ter nenhuma influência, ou, ainda, que os prejuízos verificados ocorreriam em qualquer hipótese. É o princípio da inversão da prova, que a lei alemã de 1937, § 84, nº 2, generalizou, mas que o decreto-lei só consignou no caso de prejuízos derivantes de ações ou omissões infringentes da lei ou dos estatutos.” (grifos aditados)

18. Esse rigoroso sistema de responsabilidade se explica em função da posição e dos poderes dos administradores de companhia. Conforme analisou ORLANDO GOMES (“Responsabilidade dos Administradores de Sociedades por Ações”, Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, Ano XI, nº8, 1972, p. 11), “consumada a cisão entre propriedade e gestão, os administradores das sociedades anônimas, não só ocuparam posição-chave na vida econômica nas comunidades, como vieram a acumular poderes imensos por lidarem com interesses de numerosas pessoas. Tornou-se, em consequência, imprescindível a ordenação legal da responsabilidade que devem ter pelos atos praticados no exercício da gestão que lhes incumbe.

19. O art. 158 da LSA é aplicável a todos os administradores de companhia, independentemente de sua estrutura organizacional. Nada obstante, a imputação de responsabilidade ao administrador deve ser analisada à luz das circunstâncias do caso concreto e das funções desempenhadas por cada administrador, independentemente do resultado da tomada de decisão. Nesse sentido é precisa a lição de LUIZ ANTONIO DE SAMPAIO CAMPOS (ob. cit., p. 1.201) ao advertir que:

“Isso não significa, todavia, que não mereça importância a análise da estrutura administrativa da companhia. Ao contrário, justamente em razão do sistema geral que é previsto para a responsabilidade dos administradores é que a sua aplicação ao caso específico deve ser acompanhada de um cuidadoso exame da arquitetura da administração da companhia e das funções desempenhadas por cada órgão e por seus membros.

Por isso, se já era pertinente a observação de Valverde (1959, v. II, n. 634), no regime do antigo Decreto-lei 2.627/1940, de que ‘as funções do diretor estão, com efeito, estreitamente ligadas ao objeto de exploração da sociedade, diferem de uma para outra e ainda dentro da mesma sociedade, em consequência da distribuição de atribuições pelos membros da Diretoria. Haverá, pois, que atender, em cada caso, não só as funções de que estava encarregado o diretor, mas também as circunstâncias que decorreram do ato que lhe for imputado’, mais ainda será numa estrutura mais complexa com Conselho de Administração.

Nesse sentido já anotou Tavares Guerreiro (1981d, p. 78) que cada órgão administrativo tem competência própria, atribuição e deveres específicos e forma de funcionamento distinta, de sorte que “as atribuições e poderes de um e outro órgão devem ser autonomamente considerados, para efeito de determinação das responsabilidades atribuíveis aos integrantes de cada qual.”

20. É também essencial à legítima imputação de responsabilidade ao administrador a comprovação de prejuízo e que se evidencie a relação de causalidade entre a conduta do administrador e o efeito lesivo, não sendo bastante identificar-se a presença do administrador na dinâmica dos eventos que resultaram no ilícito, mas sim a sua efetiva e direta participação (mesmo que por omissão) nesses mesmos eventos.

Das incontáveis manifestações doutrinárias sobre o tema, pode-se citar a seguinte passagem de MARCELO VIEIRA VON ADAMEK, tirada de seu excelente livro “Responsabilidade dos Administradores de S/A e as Ações Correlatas” (Saraiva, 2009, págs. 134-135):

“Não há dúvida, portanto, que demonstrar o descumprimento de deveres gerais de gestão (atividade) é tarefa que demanda maior esforço para o interessado em estabelecer a responsabilidade do administrador, se comparado às hipóteses de pura e simples violação de obrigações específicas (obrigações de resultado). Além disso, para além de demonstrar o descumprimento de dever, o interessado em estabelecer a responsabilidade do administrador deverá igualmente demonstrar o nexo de causalidade entre o dano e a conduta do responsável.”

Em complemento a essa assertiva, adiciona o autor, em nota de rodapé, que, segundo L. C. B. GOWER (*Gower's Principles of Modern Company Law*, em tradução livre), “demonstrar a violação de um dever de diligência é uma coisa; demonstrar que o prejuízo sofrido pela empresa foi uma consequência da violação daquele dever pode ser bem diferente.

21. Para além da necessidade de configuração de prejuízo e sua correlação com a conduta do administrador, o §1º do art. 158 da LSA estabelece, como regra geral, que o administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, consagrando assim o princípio da responsabilidade individual.

Todavia, a lei cria exceção a essa regra, ao dispor que o administrador é responsável pelos ilícitos de outros administradores se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir sua prática.

22. O administrador (de companhia fechada) é também solidariamente responsável pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia – e a elaboração de demonstrações financeiras verazes constitui um desses deveres – ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos

eles (art. 158, § 2º). Nessa hipótese, cada administrador será responsável pela totalidade dos prejuízos causados à companhia ou terceiros (inclusive acionistas), independentemente de se apurar qual administrador foi de fato responsável pela prática do ato ilícito. Caberá ao administrador que arcar com o valor pago à companhia, ou a terceiros, o direito de agir contra aquele que considera culpado.

O referido dispositivo legal trata de obrigações positivas impostas por lei aos administradores “como seria, exemplificativamente, o caso de uma subscrição de valores mobiliários em que a informação prestada aos subscritores fosse incorreta. Nessas situações, como se verá adiante, os administradores responderão perante os terceiros (*inclusive acionistas*), e não perante a companhia.” (itálicos aditados, LUIZ ANTONIO DE SAMPAIO CAMPOS, ob. cit., p. 1.223)

23. No caso de companhias abertas, como é a hipótese da consulta, a responsabilidade solidária de que trata o § 2º do art. 158 da LSA ficará restrita aos administradores que, por disposição estatutária, tenham atribuição específica de dar cumprimento aos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia (art. 158, § 3º).

Nada obstante, cabe advertir que será solidariamente responsável o administrador que, tendo tomado conhecimento do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia por seu predecessor ou pelo administrador competente, deixar de comunicar o fato à assembleia geral (art. 158, § 4º).

24. Ainda em se tratando de companhia aberta, vale destacar a verdadeira mudança de paradigma operada quando do julgamento, pelo Colegiado da CVM, do Processo Sancionador nº 18/2008 (o “Caso Sadia”), em 14.12.2010, quanto ao alcance do “dever de diligência”, especialmente no que se refere aos membros do conselho de administração. Nesse julgamento, para além do dever de atuar conforme a lei, ficou ressaltado que se impõe ao administrador o “dever de se informar”, que é incompatível com a mera conduta passiva e

análise restrita aos documentos e às apresentações que lhes cheguem às mãos, como destacado no voto do relator Alessandro Broedel Lopes (a decisão foi unânime quanto ao exame de mérito):

“O padrão para o dever de diligência de administradores de companhias abertas não é o do *pater familiae* e sim o do administrador profissional competente, que visa à consecução do objeto social, com a obtenção de lucros para a companhia. (...)”

A partir dessa perspectiva, passo a rebater o principal argumento das defesas dos conselheiros: de que acreditavam nas apresentações realizadas pelo Diretor Financeiro, que indicavam o estrito cumprimento da Política Financeira com as operações realizadas – e não tinham razão alguma para duvidar de tais apresentações. Assumindo essas alegações como verdadeiras, até porque não existem provas em contrário, noto que os conselheiros, necessariamente, deixaram de cumprir uma importante faceta do dever de diligência, a saber, o ‘dever de se informar’.

O dever de se informar compreende, justamente, obter as informações necessárias para o desenvolvimento do negócio social.(...)”

E vai mais além o relator em seu voto:

“Sobre o assunto, traduzo lição da doutrina internacional, acerca da conduta esperada dos conselheiros com relação à identificação dos atos dos diretores, mediante uma conduta pró-ativa na implantação de controles eficientes:

‘A administração pode ser desonesta – passando por cima dos controles, ignorando ou ocultando comunicações dos subordinados e intencionalmente adulterando resultados para encobrir pistas – mas um conselho forte e ativo irá identificar e corrigir esse tipo de situação. O conselho pode ser particularmente eficaz quando canais de comunicação sólidos e funções competentes de auditoria interna, legal e financeiras estiverem presentes.’⁵

⁵ BRAIOTTA, Louís. *The Audit Committee handbook*. 5th. Ed. New Jersey: Wiley, p. 239.

Desse modo, exigir que o conselheiro não fique passivo, frente às apresentações que são feitas, não é nada absurdo. São inesgotáveis, na literatura, entendimentos no mesmo sentido:

‘É claro que a diretoria tem que ser totalmente responsável pela gestão do negócio no dia a dia. Está bem estabelecido, entretanto, que as responsabilidades fiduciárias de um conselheiro, para que participe ativamente nos processos de revisão e aprovação da performance da administração, precisa ser baseada em um conhecimento presente e completo. Esse conhecimento deve ser obtido por ativas inquisições e discussões, e não com uma aceitação passiva da informação contida nas apresentações dos diretores’.⁶” (grifo aditado)

25. Há também solidariedade dos terceiros que, com o fim de obter vantagem para si ou para outrem, concorrerem para a prática de ato com violação da lei ou do estatuto social. A lei não enumera os terceiros que podem concorrer com o administrador para a prática do ato ilícito, mas podem-se citar, exemplificativamente, corretores, advogados e auditores (§ 5º do art. 158).

Ação Social e Individual

26. A LSA prevê dois tipos de ação para haver do administrador reparação dos prejuízos causados em decorrência da prática de atos ilícitos: a ação social (art. 159, §§ 1º a 5º) e a ação individual (art. 159, § 7º), e o que as distingue é o seu fundamento.

27. O fundamento da ação social é a reparação de prejuízo causado ao patrimônio da companhia. Em regra, apenas a companhia tem legitimidade para propor a ação social contra seus administradores, ainda que os acionistas da companhia tenham sofrido prejuízo indireto.

A propositura da ação social depende de prévia deliberação em assembleia geral ordinária da companhia, e, se prevista na ordem do dia ou for consequência direta de assunto

⁶ HULL, John C. *Fundamentos dos Mercados Futuros e de Opções*. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 2006, p. 537.

nela incluído, em assembleia geral extraordinária (§ 1º do art. 159). A aprovação da propositura da ação social acarreta o impedimento do administrador contra o qual a ação será proposta.

O prazo para a propositura da ação social é de 3 meses contados da deliberação assemblear. Caso contrário, qualquer acionista, independentemente do percentual de participação no capital social, poderá promovê-la na qualidade de substituto processual.

28. Em caso de não aprovação da proposta de ação social contra o administrador, a LSA também legitima os acionistas que representem, pelo menos, 5% do capital social a promovê-la.

Trata-se de hipótese de legitimidade extraordinária que a lei confere aos acionistas e, como o fundamento da ação social é a reparação de prejuízo diretamente causado ao patrimônio da companhia, os resultados da ação social deferem-se à companhia. O acionista, por sua vez, deverá ser indenizado pela companhia em decorrência das despesas em que tiver incorrido, inclusive correção monetária e juros.

29. A ação individual tem como fundamento a reparação de prejuízo causado diretamente ao patrimônio de acionistas ou de terceiros em geral. A legitimidade para propor a ação individual é do acionista ou do terceiro que tenha sido lesado, e, portanto, prescinde de prévia deliberação assemblear.

30. JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA e ALFREDO LAMY FILHO (“A Lei das S.A.”, 1996, Vol. II, p. 406) relacionam uma série de situações em que restará configurado prejuízo para o patrimônio da companhia, de acionistas ou de terceiros, ou, ainda, de ambos, para a propositura de ação social ou individual:

“São exemplos de atos ilícitos de que decorre prejuízo para o patrimônio da companhia a prescrição de crédito social em razão de negligência na sua cobrança ou proteção, a venda de produto da empresa a preço inferior ao de mercado em troca de vantagem pessoal, a omissão culposa na renovação de apólice de seguro de que resulta não indenização pelo perecimento de bem do

patrimônio da companhia, o uso em benefício próprio de oportunidades comerciais da companhia, a contratação com a companhia em condições de favorecimento, a prática de atos de liberalidade à custa da companhia etc.

O dano ao patrimônio de acionista pode decorrer de atos como: (a) o de impedir o acionista de exercer direito de preferência ou de participar da Assembleia Geral; (b) a divulgação de informações falsas em demonstrações financeiras, ou relatórios, que levem o acionista a subscrever ações em aumento de capital por valor superior ao que pagaria se não fosse induzido a erro por essas informações; (c) a inobservância do disposto no § 3º do artigo 124 da lei sobre convocação de assembleias gerais em companhias fechadas; (d) a inobservância do prazo legal de convocação da Assembleia Geral Ordinária etc.

Há atos que, por sua natureza, podem causar prejuízos tanto ao patrimônio da companhia quanto aos de seus acionistas. O exemplo mais citado pela doutrina é a distribuição de dividendos com base em lucros fictícios, de que resulta prejuízo para o patrimônio da companhia: se, em virtude da aparência de prosperidade social que decorre da distribuição desses dividendos o acionista é induzido a adquirir novas ações em aumento de capital, pode sofrer prejuízo distinto do suportado pela sociedade.

A divulgação de demonstrações financeiras ou relatórios falsos e o uso de informação privilegiada são exemplos de atos ilícitos de que decorrem danos a patrimônios de terceiros. As demonstrações falsas podem induzir terceiro a conceder à companhia crédito maior do que lhe daria se conhecesse a situação financeira ou os fatos verdadeiros, e que posteriormente se verifica ser incobrável. O uso de informação ainda não divulgada no mercado com o fim de obter vantagens ilícitas em operações de compra ou venda de valores mobiliários pode ser causa de prejuízo dos investidores no mercado que comprem ou vendem esses valores.” (grifos aditados)

31. Existem, ainda, situações em que pode haver prejuízo direto a terceiros decorrente de atos ilícitos praticados pelo administrador, conforme ressalta MARCELO VIEIRA VON ADAMEK (ob. cit., pp. 204-205):

“(...) os terceiros - quer tenham relação preexistente com a companhia (como os credores, contratantes, empregados e fornecedores da companhia) quer não (como os investidores do mercado de capitais e o público

em geral) - podem vir a ser diretamente afetados pelas condutas ilícitas dos administradores, de que são meros exemplos as seguintes práticas: (i) o uso indevido de informação ainda não divulgada, do qual resulte dano a investidores do mercado de capitais (LSA, art. 155, § 3º); (ii) a divulgação de balanço falso ou inexato com base no qual terceiros sejam induzidos a subscrever valores mobiliários de emissão da companhia por valor superior ao real; (iii) a criação de condições artificiais de mercado, para manipular o preço dos títulos em negociação; (iv) a emissão e a distribuição pública irregular de valores mobiliários; (v) dissolução e liquidação irregular da companhia; (vi) deixar de tomar as providências para incluir, na liquidação da sociedade, o crédito de terceiro, de que tinha ciência, oriundo de decisão judicial transitada em julgado; e (vii) a indução de instituição financeira à concessão de crédito à companhia, com base em balanço falso ou inexato, ou, nessas mesmas condições, levá-la a aceitar em penhor as ações da companhia, de escasso valor, para garantir crédito elevado, sem conseguir cobrá-lo ao final. Os dois últimos exemplos citados, resultantes da divulgação de balanços e relatórios falsos, comprovam, perfeitamente, que a prática de ato prejudicial a terceiros ou aos sócios nem sempre gera dano para o patrimônio social (o qual, pelo contrário, pode ser aumentado pela versão do numerário à caixa social e, por isso, não legitimar a ação social por parte da sociedade, à falta de prejuízo próprio e direto). Também respondem os administradores pelos danos sofridos por terceiros com: (viii) a emissão irregular ou fraudulenta de valores mobiliários. Poder-se-ia ainda lembrar, como fenômeno mais recente, o caso de: (ix) divulgação de informações falsas em prospectos de emissão de valores mobiliários. Também (x) o descumprimento da regra que impõe ao devedor requerer a própria falência (LRF, art. 105) poderá ocasionar danos a terceiros e, com isso, pôr em evidência a responsabilidade civil do administrador.” (grifos aditados)

Ônus da Prova na Ação de Responsabilidade contra Administrador

32. O princípio geral em termos de ação de indenização é de que o ônus da prova compete ao autor, nos termos do artigo 333, I, do CPC. Aquele que pede indenização por prejuízo decorrente de ato ilícito deve provar a culpa de quem o praticou. Este também é o regime aplicável à ação de responsabilidade contra administradores – ressalvada a hipótese de ato do administrador que viola a lei ou estatuto, na qual a LSA inverte o ônus da prova,

ressaltando JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA e ALFREDO LAMY FILHO (“Lei das S.A.”, Renovar, 2ª Edição, 1996, Vol. II, p. 406): “o que se justifica porque os administradores são profissionais – comerciantes, empresários ou técnicos – e a estrita observância de lei ou do estatuto é fundamental para a proteção de todos os interessados na companhia ou na sua atividade”.

33. Sobre as ações social e individual, FRAN MARTINS (“Novos Estudos de Direito Societário”, Saraiva, 1988, p. 143) assinala que “antes de mais nada, devem ser esclarecidos os prejuízos que o administrador causou com sua conduta irregular. A lei não se refere a hipóteses ou meras suspeitas de que a atuação do administrador poderá causar prejuízo, mas sim deseja que sejam explicitados os prejuízos sofridos pelos prejudicados. Isso porque da natureza desses prejuízos depende a identificação do sujeito ativo da ação da responsabilidade, ou seja, da pessoa que poderá pedir reparação dos prejuízos. Consequentemente, a ação terá como sujeitos, ativo e passivo, aquele que sofreu o prejuízo e o administrador, que causou. E de acordo com a natureza do prejuízo serão adotados os procedimentos para a proposição regular da ação.” (grifo nosso)

3.0 NECESSIDADE DE ANULAÇÃO DA DELIBERAÇÃO QUE APROVOU AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES COMO REQUISITO PARA PROPOSITURA DE AÇÃO SOCIAL DE RESPONSABILIDADE

O Regime da Lei sobre Aprovação das Demonstrações Financeiras e das Contas dos Administradores

34. Conforme referido no item 4, a lei atribui à assembleia geral competência privativa para tomar, anualmente, as contas dos administradores (art. 122, III); prescreve aos administradores o dever de elaborar anualmente “o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo” (art.133, I) e as demonstrações financeiras do exercício (art. 176); e regula a competência e o procedimento da assembleia geral

ordinária, atribuindo-lhe as funções de tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras (art. 132, I).

35. A deliberação sobre as contas dos administradores pressupõe o exame e discussão do relatório da administração e das demonstrações financeiras, e pode ser tomada em separado das demonstrações, ou conjuntamente com estas.

Se, após a discussão desses documentos, nenhum acionista propõe reservas a atos dos administradores nem ação de responsabilidade contra os mesmos, é usual que a assembleia tome uma única deliberação que compreende a aprovação tanto das demonstrações financeiras quanto das contas dos administradores, e a lei dispõe que essa aprovação sem reserva exonera de responsabilidade os administradores e fiscais, salvo erro, dolo, fraude ou simulação (art. 134, § 3º).

A aprovação, pela assembleia, com reserva ou ressalva quanto à responsabilidade dos administradores exclui a quitação prevista no § 3º do artigo 134, mas não impede a aprovação das demonstrações financeiras: a assembleia geral tem o dever de aprová-las e, se entender que contém defeitos, deve tomar as providências para corrigi-las.

A Anulação da Deliberação que Aprova Contas dos Administradores é Requisito Necessário para a Ação de Responsabilidade do Artigo 159

36. A deliberação que aprova as contas dos administradores, expressa ou implicitamente (pela aprovação das demonstrações financeiras sem reservas), é ato jurídico que tem efeito na esfera jurídica dos administradores, pois os exonera de responsabilidade. É, como já referido, uma quitação pelo cumprimento dos seus deveres legais. Os atos dessa natureza – mesmo se se tratar de um ato unilateral, como é a deliberação da assembleia geral de companhia

– são irrevogáveis ou irretratáveis. Cite-se, a esse respeito, a opinião de JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA, em artigo escrito em conjunto com o primeiro signatário deste parecer⁷:

“Se a Assembleia aprova, sem reservas, as demonstrações financeiras, sua deliberação exonera os administradores de responsabilidade – salvo erro, dolo, fraude ou simulação. Neste caso, seu ato só pode ser anulado por deliberação judicial, e a ação de reparação pressupõe a anulação do ato da assembleia geral, que exonera os administradores de responsabilidade, ação esta que deve ser promovida, na forma do art. 286, no prazo de dois anos, contados da deliberação.

37. Conforme desenvolvido no trabalho acima referido (sendo este e os itens que se seguem uma reprodução de parte daquele artigo), esta também é a opinião majoritária na doutrina e o entendimento que tem prevalecido na jurisprudência, como se pode verificar das citações a seguir compendiadas.

ALBERTO XAVIER, em seu livro “Administradores de Sociedades”⁸, assim se manifesta:

“A aprovação das contas anuais, sem reservas, além de fixar o lucro líquido do exercício, tem pois eficácia liberatória dos administradores, significando isto que a sociedade renuncia a exigir-lhes responsabilidade pelos prejuízos causados ao seu patrimônio. Devendo, porém, salientar-se que essa liberação e conseqüente renúncia não existe se a deliberação da assembléia que tiver concedido a aprovação se encontrar viciada por erro, dolo, fraude ou simulação (art. 134, § 3º, *in fine*). Em tal caso, essa deliberação será impugnável, no prazo de dois anos, nos termos do art. 286; e, reconhecida a conseqüente nulidade, poderá ser proposta a ação de responsabilidade contra os administradores.

⁷ “Aprovação das Demonstrações Financeiras, Tomada de Contas dos Administradores e seus Efeitos. Necessidade de Prévia Anulação da Deliberação que Aprovou as Contas dos Administradores para a Propositura da Ação de Responsabilidade”. In *Sociedade Anônima*, obra coletiva em comemoração aos 30 anos da Lei nº 6.404/76, Coordenadores: Rodrigo R. Monteiro de Castro e Leandro Santos de Aragão, São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2007, p. 62.

⁸ São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1979, pp. 107-108.

O efeito liberatório também não ocorrerá se a aprovação tiver sido concedida “*com reservas*”, produzindo-se porém nas zonas de atuação quanto às quais não tenha sido formulada qualquer ressalva.” (grifo nosso)

NELSON EIZIRIK, na conferência sobre “Responsabilidade Civil dos Administradores da Sociedade Anônima” que proferiu, na EMERJ em 1992, no I Ciclo de Conferências para Magistrados sobre “Sociedade Anônima”⁹, assim respondeu à pergunta sobre o tema que lhe foi formulada por um advogado presente:

“Aprovadas as contas da administração pela Assembléia geral Ordinária, pode a ação de responsabilidade ser proposta contra os administradores, sem que seja anulada esta deliberação, por estar viciada por erro, dolo, fraude, simulação, em face do que dispõe o art. 134, § 3º da Lei, ainda quando exaustivamente comprovada a existência de irregularidade praticadas pelo administrador?”

Resposta: Aqui a lei é taxativa no sentido de que a aprovação das demonstrações financeiras desonera a responsabilidade dos administradores, a não ser que seja comprovado o erro, dolo, fraude ou a simulação. O caminho a ser percorrido pelo acionista inconformado, seria a anulação da deliberação e, conseqüentemente, a propositura de ação de responsabilidade civil ou cumulando ambas, ação de anulação de deliberação assemblear cumulada com a ação de responsabilidade civil.” (grifo aditado)

FRAN MARTINS em seus “Comentários à Lei das Sociedades Anônimas”¹⁰ assim expõe sua opinião:

“598 – Aprovadas, sem reservas, as demonstrações financeiras e as contas dos administradores, ficarão esses exonerados de responsabilidade, bem como os fiscais, salvo erro, dolo, fraude ou simulação. A aprovação sem reservas pressupõe que os acionistas concordaram com a atuação dos administradores e com as opiniões dos fiscais a respeito das contas e demonstrações financeiras apresentadas à assembléia. Mas a aprovação não isenta os administradores e fiscais no caso de ser provado que agiram eles com erro, dolo, fraude ou

⁹ Publicação da EMERJ, de 1993, p. 281.

¹⁰ Rio de Janeiro: 1978, Forense, Vol. 2, Tomo I, pp. 234-235.

simulação. Esses são fatos que necessitam ser provados e a ação anulatória da deliberação que aprovou as contas dos administradores e as demonstrações financeiras tem o prazo prescricional de dois anos, contados da data da deliberação (art. 286). Esses vícios também podem ter sido praticados pela assembléia com a finalidade de favorecer os administradores. Procura-se, por isso, anular a decisão que aprovou as contas, para que seja apurada a responsabilidade dos administradores, nos termos dos arts. 158 e 159." (grifos nossos)

É na mesma linha a opinião de EGBERTO LACERDA TEIXEIRA e JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO, em seu livro "Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro"¹¹:

"Fiel à orientação anterior, a lei determina, pois, que a aprovação, sem reserva, das demonstrações financeiras e das contas, exonera de responsabilidade os administradores e fiscais, salvo erro, dolo, fraude ou simulação (art. 134, § 3º). Viciado o consentimento dos acionistas por qualquer dos apontados defeitos, a respectiva deliberação torna-se anulável, podendo a ação própria ser ajuizada pela sociedade ou por qualquer acionista dentro do lapso prescricional de dois anos contados da deliberação (art. 286). Enquanto não declarada judicialmente sua nulidade, valem as demonstrações financeiras como ato jurídico perfeito, com todos os efeitos daí decorrentes."

Finalmente, cite-se a opinião de ALFREDO LAMY FILHO, em parecer publicado no livro "Temas de S.A." (Renovar, 2007, pp. 285 a 292), afirma, com ênfase, este entendimento:

"Cabe insistir num ponto para torná-lo extremo de dúvidas: a assembléia geral não pode reconsiderar a deliberação que tomar 'sponte própria'. Terá que ir a juízo provar a existência de vício que invalide a deliberação anterior, como exigem os dispositivos legais citados (art. 134, § 3º e art. 286). Órgão colegiado, cuja constituição pode flutuar, não lhe é dado desconstituir, a posteriori, a deliberação tomada com observância do rigoroso cerimonial que visa

¹¹ São Paulo: José Bushatsky Editor, 1979, Vol. 1, pp. 416-417.

a assegurar aos sócios e aos administradores amplo conhecimento da matéria sobre a qual devem discutir e deliberar.”¹² (grifo aditado)

38. Este também tem sido o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que teve ocasião de examinar a questão em dois julgamentos relativamente recentes, cujas ementas são a seguir transcritas:

“Recurso Especial nº 256.596 – SP (2000/0040484-5)

Relatora: Min. Nancy Andrigli

R. p/Acórdão: Min. Antonio de Pádua Ribeiro

Recorrente: Lafayete Coutinho Torres

Recorrido: Banco do Brasil S.A.

EMENTA

Direito Comercial. Sociedade por Ações. Ação Anulatória de Deliberação de Assembléia geral e Ação de Responsabilidade do Administrador. Prescrição. Contagem do Prazo. Lei nº 6.404, de 15/12/1976, arts. 134, § 3º, 159, 286 e 287, II, b, 2. Interpretação.

I – Considera-se prescrita a ação de responsabilidade de administrador que teve suas contas aprovadas sem reservas pela assembléia geral, se esta não foi anulada dentro do biênio legal, mas só posteriormente, por deliberação de outra assembléia geral, a partir de cuja publicação da ata se pretendeu contar o triênio extintivo.

II – Ofensa aos citados textos legais caracterizada.

III – Recurso especial conhecido e provido.”¹³

¹² O mesmo autor, mais adiante em seu parecer, assim respondeu à primeira questão da consulta que lhe foi submetida:

“Pode a ação de responsabilidade ser proposta, contra o consulente, sem que a assembléia que aprovou as suas contas seja anulada?

Resposta: Por tudo quanto foi exposto a resposta é negativa. A lei prescreve que a Assembléia terá que ser anulada judicialmente (ação) para que possa sobrevir a responsabilidade eventual do administrador dela exonerado por uma deliberação dessa mesma Assembléia.” (grifo aditado)

¹³ Decisão por maioria, em julgamento do dia 8 de maio de 2001, publicada, na íntegra, na Revista de Direito Renovar nº 20, pp. 259 e seguintes.

39. No mesmo sentido foi a decisão (por maioria) proferida no Recurso Especial nº 257.573¹⁴, no qual figurou como Relator para acórdão o Min. Ari Pargendler, cuja ementa é a seguinte:

“Comercial – Prescrição – Sociedade Anônima – Aprovação das Contas dos Administradores.

A aprovação das contas pela assembléia geral implica a quitação, sem cuja anulação os administradores não podem ser chamados à responsabilidade. Recurso especial não conhecido.”

Do voto do Min. Ari Pargendler no Recurso Especial nº 257.573, vale transcrever o seguinte trecho:

“As razões do recurso especial sustentam, pela letra **a**, que a ação de responsabilidade civil não está subordinada à prévia anulação da deliberação da assembléia geral que aprovou as contas do administrador; o artigo 159 da Lei n. 6.404, de 1976, alegadamente, exige tão-só a prévia deliberação da assembléia geral, **in verbis**:

“Art. 159. Compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembléia geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio.”

Conseqüentemente – dizem – incide na espécie o artigo 287, II, **b**, 2, desse diploma legal, a saber:

“Art. 287. Prescreve:

II – em 3 (três) anos:

b) a ação contra os fundadores, acionistas, administradores, liquidantes, fiscais ou sociedades de comando, para deles haver reparação civil por atos culposos ou dolosos, no caso de violação da lei, do estatuto, ou da convenção do grupo, contado o prazo:

¹⁴ Acórdão publicado na Revista do STJ nº 148, pp. 323-361.

2) para os acionistas, administradores, fiscais e sociedades de comando, da data da publicação da ata que aprovar o balanço referente ao exercício em que a violação tenha ocorrido.”

“A regra do artigo 134, § 3º, da Lei n. 6.404, de 1976, é especial em relação à do artigo 159 – circunstância expressamente salientada pela remissão que aquela faz ao artigo 286 – de modo que, em se tratando de aprovação de contas, não basta a prévia deliberação da assembléia geral para a propositura da ação de responsabilidade civil; é preciso que, antes ou concomitantemente, seja ajuizada a ação de anulação da deliberação da assembléia geral que aprovou as contas.

Já o prazo do artigo 287, II, b, 2, nada tem a ver com a aprovação das contas dos administradores; o aludido prazo inicia na ‘data da publicação da ata que aprovar o *balanço* referente ao exercício em que a violação tenha ocorrido’ – e pela razão simples de que não há ação de responsabilidade contra quem, pela aprovação de suas *contas*, obteve o **quitus**.

No sistema da Lei n. 6.404, de 1976, ‘balanço’ está, aí, por ‘demonstrações financeiras’, cuja aprovação não se assimila à ‘aprovação das contas’ ”. (grifo nosso)

40. Este trecho do voto do Min. Ari Pargendler merece um complemento na parte em que procura compatibilizar os diferentes prazos de prescrição da ação para anulação de assembleia de que trata o art. 286 e da ação de responsabilidade contra fundadores, acionistas, administradores, liquidantes, fiscais, ou sociedades de comando, do art. 287, II, “b”, 2.

O prazo de três anos para a ação de reparação civil constante do artigo 287, II, “b”, 2, é uma regra geral, aplicável a fundadores, acionistas administradores, liquidantes fiscais, ou sociedades de comando, que somente tem aplicação quando o exercício da ação de responsabilidade não está impedido pela quitação dada pela Assembleia aos administradores consubstanciada na aprovação, sem reservas, das demonstrações financeiras. Por conseguinte:

a) se a Assembleia aprova, sem reservas, as demonstrações financeiras, sua deliberação exonera os administradores de responsabilidade, salvo erro, dolo, fraude ou

simulação; neste caso seu ato só pode ser anulado por deliberação judicial, e como a ação de reparação pressupõe a anulação do ato da Assembleia, que somente pode ser promovida, na forma do art. 286, no prazo de dois anos contados da deliberação; com o decurso desse prazo, sem propositura da ação de anulação conjugada com a de reparação, estarão extintas ambas as ações;

b) a ação de reparação por atos praticados em exercício em que a Assembleia não exonerou de responsabilidade os administradores pode ser proposta (pela Companhia) no prazo de três anos (contados da publicação do balanço) do artigo 287, II, “b”, 2.

41. No caso da consulta, verifica-se que a AGO/E da Taurus realizada em 26.04.2013, em seu item 6.1, aprovou formal e expressamente as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2012, sem qualquer ressalva, pelo que ação de responsabilidade que tenha por base atos praticados ao longo daquele exercício pressupõe o pedido de anulação daquela quitação.

Isto porque a determinação de rerratificação das demonstrações financeiras de 2012 deliberada na AGO/E da Companhia de 30.04.2014 não teve o condão de revogar, ou mesmo invalidar, a quitação dada aos administradores no ano anterior, na medida em que, repita-se, a assembleia não pode, ela própria, revogar o ato de aprovação das contas que criou direito (no caso, a quitação) para os administradores.

42. Por essa razão, e especificamente quanto aos atos praticados no curso do exercício de 2012, o ajuizamento de ação de responsabilidade deverá, na forma do art. 286 acima citado, observar o prazo de dois anos – contado da AGO/E de 26.04.2013 que havia anteriormente aprovado, sem qualquer ressalva, as contas dos administradores – considerando que neste caso a propositura da ação de reparação deve ser conjugada com a de anulação do ato de quitação da assembleia.

4.0 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE FATO

A Operação de Alienação do “Negócio Máquinas” da Taurus e seus Efeitos

43. Como exposto no Relatório, a partir do momento em que a antiga administração da Taurus decidiu pelo encerramento das atividades do “negócio máquinas” ou alienação dos ativos a ele vinculados, o destino do desinvestimento nesse segmento passou a seguir um roteiro de solução – através de sua alienação ao Grupo SüdMetal – que resultou na omissão artificiosa e deliberada (como exuberantemente demonstrado nos documentos que acompanham a consulta) das perdas incorridas pela Companhia na venda desse ativo.

Nesse sentido, o Relatório – no que é materialmente secundado pelos elementos de prova colhidos pela Control Risks – expõe, com muita clareza, todos os elementos factuais que informam o enredo das omissões e fraudes cometidas, sendo de se destacar os seguintes trechos (grifos nossos):

“Depreende-se dos fatos relatados que, a pedido da Taurus, o Grupo SüdMetal dispôs-se a aumentar o valor da transação de R\$ 64 milhões, que era o valor que estava disposto a pagar, para R\$ 115,3 milhões, recebendo em troca um compromisso que lhe assegurasse que a parcela B não seria exigida no futuro. (...)”

Posteriormente, com a assinatura do 1º Aditivo, os parâmetros de cálculo do valor de cada prestação da parcela B foram alterados significativamente (...), o que aumentou o risco de a Renill vir a ter de pagar a parcela B, que, como afirmou Teichmann, era *‘algo que não era devido’*.

Com os novos parâmetros de cálculo das prestações da parcela B, se a Receita Líquida Mensal superasse R\$ 8,5 milhões, os R\$ 51.350.000 seriam integralmente pagos.

(...) em troca da alteração dos parâmetros, a saber, ‘% da Receita Líquida’ e ‘Prazo de Amortização’ é razoável supor que a Renill tenha exigido, em contrapartida, novos contratos de fornecimento e de prestação de serviços que reforçassem a garantia contra o risco de pagamento futuro da parcela B.

Esse fato é corroborado pela data em que foram reconhecidas as firmas dos signatários dos seguintes instrumentos: 1º Aditivo do Contrato de 06.08.2012; Carta de quitação da parcela B de 02.01.2013; Contrato de Prestação de Serviços de 06.08.2012; Contrato de Fornecimento de Serviços de 02.01.2013. Todos esses documentos tiveram suas firmas reconhecidas pelo 10º Tabelionato de Porto Alegre, em 14.08.2012.

Todos esses documentos podem ser considerados nulos ou anuláveis, e assim foram tratados por ocasião da repactuação ocorrida em 12.09.2013.

(...) No entanto, observado o processo de venda como um todo, há de se concluir que se trata da etapa final de um conjunto de atos que levaram a não evidencição de perdas que seriam realizadas caso a transação fosse concretizada pelo valor pactuado de R\$ 64 milhões.” (Relatório, itens 117 a 126)

44. A indevida postergação do momento do reconhecimento daquelas perdas teve por efeito mascarar a real situação patrimonial da Companhia, com o comprometimento de qualquer análise que tivesse por base suas demonstrações financeiras, em desacordo não só com o que dispõe a lei (conforme já exposto neste parecer, no Capítulo 1.0), mas também com determinações expressas contidas nos CPCs 01 e 31 – ambos citados no Relatório – de o que resultou a impositiva rerratificação das demonstrações financeiras da Taurus do exercício encerrado em 31.12.2012 (aprovadas em conjunto com as demonstrações relativas a 2013, pela AGO/E de 30.04.2014).

A esse respeito, colhe-se do Relatório que (grifo aditado):

“De acordo com as demonstrações financeiras republicadas, no que concerne ao Contrato, a Companhia reconheceu perda decorrente da repactuação do contrato (perda por ajuste de preço) de R\$ 57.830 mil, e provisão adicional para perda, no valor de R\$ 60.744 mil, correspondente à totalidade do crédito remanescente, em razão (i) da deterioração das condições de crédito da compradora Renill [que inclusive deixara de pagar a prestação que se venceu em 30.06.2013], (ii) de ainda não ter concluído a formalização plena das garantias da operação, e (iii) pelo fato de não se dispor de informações atualizadas sobre a situação econômico financeira da compradora.” (Relatório, item 106)

45. É de se destacar que o não reconhecimento oportuno de perdas no segmento máquinas da Companhia remonta a 2011, na medida em que a transferência dos ativos vinculados a essa atividade para o grupo “ativos mantidos para venda” desconsiderou os – já à época – evidentes sinais de deterioração desses elementos, como destacado no Relatório em outra passagem:

“(...) a falta de evidenciação adequada do valor dos ativos já se constata nas demonstrações financeiras de 2011, quando da transferência de ativos para o grupo de ativos mantidos para venda. A administração encaminhou à firma de auditoria externa independente cartas de representação incompletas quanto às informações relativas aos exercícios de 2011 e 2012.” (Relatório, item 146).

O Ônus da Prova. Necessidade de Apuração Circunstanciada e da Individualização da Culpa

46. Como já referido, o ônus da prova na ação de responsabilidade contra administradores – seja no caso de ação social, seja no de ação individual (promovida por acionistas ou terceiros diretamente prejudicados) – é, em princípio¹⁵, do autor da ação. Assim, como condição necessária para qualquer deliberação acerca da propositura de ação de responsabilidade contra os administradores – seja pela Companhia, seja por acionistas ou por terceiros prejudicados – há necessidade de se averiguar, para além da prática dos atos ilícitos e de má gestão – todos exuberantemente demonstrados por elementos de prova materiais – a participação individualizada de cada um dos agentes envolvidos.

Isto porque, para fins de reparação civil da Companhia ou de terceiros (acionistas ou não), é preciso que estejam presentes os três elementos essenciais para uma condenação: o agente da ação ilícita (a autoria), os atos que a representem no plano da realidade (a materialidade) e, ainda, tão importante quanto os demais, o efeito danoso que a indenização visa a recompor (o dano ou prejuízo).

¹⁵ Como referido nos itens 17 e 32, em caso do descumprimento da lei ou do estatuto pelo administrador há inversão do ônus da prova.

47. Como ressalta, entre outros, LUIZ ANTONIO DE SAMPAIO CAMPOS (ob. cit., p. 1.207), “a culpa será sempre própria de cada administrador e o ônus da prova da existência de culpa ou dolo recairá sobre a sociedade”. A imputação de responsabilidade ao administrador deve ser analisada à luz das circunstâncias do caso concreto e das funções desempenhadas por cada um, independentemente do resultado da tomada de decisão. Quanto a este ponto cite-se, mais uma vez, a opinião de LUIZ ANTONIO DE SAMPAIO CAMPOS:

“Na apreciação da culpa será então necessário o reenvio ao conceito do dever de diligência imposto ao administrador, que dará a medida da existência ou não de culpa, para que se caracterize a responsabilidade civil do administrador. Vê-se, então, que esse dispositivo é a contraface do dever de diligência, à medida que coloca em oposição os conceitos de diligência e negligência. Quem não é diligente é negligente.

Por isso destaca TAVARES GUERREIRO (1981d, p. 78) que ‘muito embora na experiência societária contemporânea, inclusive a brasileira, o dever de diligência seja definido em abstrato, pela referência a modelos fundamentais, o julgamento do administrador de companhia deve se basear, a nosso ver, não no juízo de ilicitude, mas no juízo de culpabilidade, ou seja, há de verificar-se, em concreto, se o agente poderia, à vista das circunstâncias, ter atuado conforme o direito. Assim, *exempli gratia*, como lembram o RAUL VENTURA e LUIZ BRITO CORREA, a medida da diligência exigível depende, em caso a caso, das dimensões e do objeto da empresa’.”

48. No caso da consulta, não há dúvida quanto (i) à materialidade dos fatos e circunstâncias que demonstram a ação deliberada tendo por objeto a postergação indevida do momento do reconhecimento da perda verificada na alienação das quotas da SML, considerada a operação de venda a terceiros do “negócio máquinas” da Taurus, nem, tão pouco, (ii) aos diversos personagens que atuaram (ou deixaram de atuar, em conduta omissiva) nesse enredo, mas é essencial que suas participações sejam individualizadas, a fim de que, sopesados os papéis de cada um na dinâmica dos fatos, se distribua adequadamente a responsabilidade.

No desempenho dessa tarefa, no entender dos signatários, o CEI foi capaz de se desincumbir adequadamente, na medida em que foram suficientemente apontados (i) quais teriam sido os autores das diversas ações (ou omissões), (ii) o nexo causal que indica tratar-se de ações concertadas objetivando um mesmo fim e, o que é mais relevante, (iii) a materialidade dessas ações em seus diversos capítulos: dos atos preparatórios à efetiva execução.

49. Nesse sentido, são evidentes as participações (comissivas e omissivas) de diretores e conselheiros da Companhia (e de terceiros), em maior ou menor grau de atuação, conforme bem indicado no Relatório, sendo emblemáticas para a caracterização da elaborada estruturação de toda a operação algumas passagens do relatório apresentado pela Control Risks, que passamos a destacar:

(1) “Este e-mail abaixo é datado de 28 de maio de 2012 e foi enviado por Saweryn [para Deconto], comentando a minuta de Contrato enviada por Deconto a ele. Seu comentário sobre a minuta parece ser um forte indício de que o formato do negócio poderia ter aparências distintas conforme a conveniência, além de ser uma forte explicação para a compreensão do negócio. Diz Saweryn:

‘1. Eu tinha entendido que a proposta da SUD seria realizada em valor próximo a R\$ 63 MM, que se trata do PL da New CO. E, ainda, que a SUD efetivamente não realizaria nenhum pagamento à Forjas Taurus, uma vez que a obrigação era de assumir os empréstimos e financiamentos da TMF. Esses R\$ 62 MM seriam paulatinamente reconhecidos como perda pela Taurus no resultado do exercício nos próximos 5 anos. 2. Como a proposta é de R\$ 128 MM, estou entendendo que haverá sim o pagamento pela SUD de R\$ 64 MM. A outra parcela de R\$ 64 MM, essa sim será perdoadada?’” (pp. 9/10).

(2) “Alfonsin argumenta dizendo que *‘a solução para a parte que superou os R\$ 64 MM foi a mais trabalhosa.’* Indicando que teria ele achado uma solução jurídica para o valor perdoado.” (p. 11)

(3) “Em outro momento, notamos que Gibbon encaminha a Deconto e-mail enviado por Mauro Mello, em 07 de agosto de 2013, sobre o desconforto causado pela operação TMFL, tendo em vista que a Ernst Young

estaria fazendo cobranças sobre o assunto e que o negócio deixaria a empresa em situação vulnerável. Ao encaminhar o e-mail, Gibbon pede que Deconto leia e delete a mensagem.(...)”

(4) “Nos parece cristalino que o formato da negociação foi criado por Rabaioli, juntamente com Conill e Teichmann. Houve assistência técnica também por parte de Saibro e Deconto. Gonçalves certamente participa e tem conhecimento dos termos e, por razões não esclarecidas, abstém-se em grande parte das discussões, nem figura como signatário do Contrato, função esta que entendemos deveria lhe caber. Além disso, competia a Gonçalves garantir que o princípio da transparência fosse adotado perante o mercado, o que buscou barrar. (...)

A impressão que temos, salvo melhor juízo, é que os executivos teriam tentado valer-se perante o conselho fiscal de um formato de negociação que posteriormente veio a ser ajustado para atender os objetivos finais do negócio. (...)

(...) notamos que a forma como a negociação ocorreu poderia indicar que os termos e condições da negociação eram aparentemente discutidos verbalmente entre os executivos e alguns membros do conselho.” (pp. 16-17)

50. Entendemos, assim, que, considerada a exposição do Relatório quanto à participação de diretores e membros dos conselhos de administração e fiscal da Companhia – sempre apoiado nos dados levantados pela Control Risks – restou cumprida a etapa da individualização dos autores responsáveis, sendo certo que caberá à autoridade julgadora competente – a depender do tipo de procedimento que venha a ser instaurado – a definição final sobre esse aspecto.

Efeitos Possíveis Decorrentes do Não-Reconhecimento Oportuno das Perdas. Ofensa ao Princípio da Clareza e Veracidade do Balanço

51. O regime de escrituração que deve ser observado pelas companhias é o de competência (art. 177); e os dois princípios básicos desse regime estão assim anunciados no § 1º do artigo 187 da LSA:

“§ 1º - Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.”

O primeiro princípio é o da escolha do ganho (ao invés do recebimento em dinheiro) como fato em função do qual o lucro é reconhecido; o segundo, referido como “emparelhamento de receitas e despesas”, prescreve o registro dos custos e despesas no mesmo período de determinação que foi reconhecido como ganho o rendimento ou a receita a que correspondam.

52. Tendo em vista os princípios acima enunciados, que presidem à apuração do resultado nas companhias, resulta claro que se a sociedade deixa de registrar a realização das perdas em decorrência de fatos ocorridos no período, estará apresentando um lucro superior ao que seria correto – na medida em que deixa de deduzir na sua apuração todos “os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes às receitas e rendimentos ganhos no mesmo período”.

Este aspecto é bem salientado por LUIZ GASTÃO PAES DE BARROS LEÃES em parecer (elaborado em conjunto com OSCAR BARRETO FILHO) publicado em sua obra “Direito Comercial: Textos e Pretextos” (José Bushatsky, Editor, São Paulo, 1976), no qual analisa questão relacionada com o balanço do exercício e o princípio da veracidade, do qual vale a pena transcrever os seguintes trechos (grifos aditados)¹⁶:

“2.5 O balanço de exercício visa, portanto, a apurar, precipuamente, o resultado do exercício. Por consequência, comporta, além da representação do quadro patrimonial da empresa, a demonstração das variações

¹⁶ Os dispositivos citados na transcrição são do Decreto-lei nº 2.627/41, cujas normas, nesse particular, foram, em grandes linhas, mantidas pela LSA.

da composição da riqueza fazendária em função do tempo, através das quais se revelam os resultados econômicos.

.....

(...) Ora, o balanço de exercício é feito segundo padrões antecipadamente fixados de avaliação, e representa um resultado para específicos efeitos econômicos e financeiros. Mas o quadro patrimonial, que retrata, revela uma verossimilhança convencional e funcional, não menos real e clara do que o de um balanço de liquidação, posto que levantado com a observância de prescrições técnicas e legais, que objetivam dar uma imagem, tão aproximada quanto possível, da situação patrimonial e reditual da empresa em foco, na sua dinâmica realidade. Tanto é assim que o art. 135¹⁷ do Decreto-lei nº 2.627, de 1940, que disciplina as sociedades por ações, acolhe o princípio da clareza e veracidade do balanço, determinando, com todas as suas letras, que ‘o balanço (de exercício) deverá exprimir, com clareza, a situação real da sociedade’. Assim, ainda que sejam relativas, funcionais e convencionais, a clareza e a realidade do balanço de exercício, acolhidas pela norma legal, dão ensejo a uma representação patrimonial da empresa tão próxima quanto possível da verdade. Não fora assim, e razão faleceria para a existência das duas peças contábeis *distintas* que compõem o balanço geral: o quadro patrimonial e as contas de resultados.

3.3 Consequentemente, práticas contábeis viciosas, que venham a distorcer esse quadro convencional e funcional, significam uma agressão à norma imperativa consubstanciada no art. 135 da lei do anonimato, sendo, inclusive, anulável o ato da assembleia-geral que aprovar o balanço geral eivado dessas práticas, por violação, de norma legal de ordem pública, como o é, sem dúvida a que consagra o princípio da clareza e veracidade do balanço de exercício.” (pp. 171 a 173)

53. A apresentação, pelo balanço, de situação patrimonial ou lucro superior ao que seria correto – caso as perdas tivessem sido registradas adequadamente – implica em possíveis prejuízos tanto para a sociedade, como para terceiros que possam tomar decisões de investimento ou negociais em função da situação patrimonial da sociedade:

¹⁷ Cujas normas correspondem à do art. 176 da atual LSA.

a) no caso da sociedade, a apuração de lucro maior que o devido implica, consequentemente, no pagamento de dividendo superior àquele a que estaria obrigada, tendo em vista as regras do dividendo obrigatório, bem como (possivelmente) de participações nos lucros a seus administradores e empregados – o que resulta em perda para o patrimônio da companhia; e

b) a divulgação de demonstrações financeiras ou relatórios falsos – e a apresentação de lucro, ao menos em parte, fictício corresponde a falsidade de demonstração financeira – pode induzir, como ressaltado por ALFREDO LAMY FILHO e JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA (vide citação transcrita no item 30 acima) à aparência de prosperidade social que decorre da distribuição de lucros fictícios, induzindo o acionista, ou terceiro, a adquirir ações da companhia – seja em aumento de capital, seja no mercado – bem como induzir terceiro a conceder crédito à companhia maior do que daria se conhecesse a situação financeira ou os fatos verdadeiros.

CONCLUSÕES

54. À vista do exposto, restou provado que o não reconhecimento das perdas incorridas com a operação de alienação do “negócio máquinas” da Taurus afetou a realidade e veracidade do balanço do exercício de 2012 e revelou a prática de atos ilícitos atribuíveis a antigos administradores da Companhia e a terceiros, como demonstrado adiante.

55. Relativamente (i) à decisão de venda da SML para a Renill e às condições em que o negócio foi efetivamente contratado entre as partes, e (ii) à falta de evidenciação da relação Taurus Wotan nas demonstrações financeiras e favorecimento indevido à Wotan (itens 128 a 136 do Relatório), cabe ressaltar que – nada obstante constitua matéria que merece uma análise específica e aprofundada (inclusive tendo em conta que a Renill nada pagou, levando à posterior constituição de provisão abrangendo a totalidade do preço de venda, conforme dão conta os itens 106 e 161 do Relatório) – a investigação levada a efeito pelo CEI não teve por objeto apurar as condições da operação, nem tão pouco se essa contratação, de per si, implicou

em algum dano para a Companhia (itens 8 e 11 do Relatório), não havendo no Relatório elementos seguros de prova que demonstrem terem os administradores contribuído para causar prejuízo à Companhia no recebimento da contraprestação pela venda da SML.

Observações Sobre os Documentos Complementares Apresentados

56. Como referido na exposição dos fatos relativos à Consulta, foi-nos submetido, a requerimento do Sr. Luis Fernando Costa Estima, um conjunto de documentos contendo, basicamente, (i) a manifestação formal do Sr. Estima sobre o relatório preliminar do CEI e (ii) a impugnação do advogado Dr. Ricardo Barbosa Alfonsin ao Relatório.

Relativamente a esses elementos adicionais, cabe destacar que referem-se eles (i) a etapa superada da investigação levada a efeito pelo CEI, porque dizem respeito ao relatório preliminar que foi expressamente descartado, e tornado sem efeito, pelo Relatório (Final)¹⁸ e (ii) a razões de impugnação ao Relatório, que não contêm fatos ou elementos novos que infirmem as conclusões do CEI no sentido de que “... o Contrato foi contabilizado sem a devida evidenciação dos seus valores, inclusive em Notas Explicativas, de tal modo que o resultado do período ficou significativamente afetado, assim como a situação patrimonial da Companhia. Tal entendimento não leva em conta o conhecimento dos e-mails constantes do Relatório Control Risks ou dos contratos simulados e ‘documentos paralelos’ descobertos posteriormente” (item 145). .

A manifestação do Sr. Luis Fernando Costa Estima, para além do fato de referir-se a documento não considerado pelos signatários porque superado pelo Relatório, apresenta considerações em torno da conveniência da alienação do “negócio máquinas” da Companhia em contraste com o seu simples encerramento, matéria que, como exposto nos itens 54 e 55 acima, não interfere nas conclusões deste parecer.

¹⁸ “Posteriormente, analisando documentos que não tinham sido analisados antes de 20.05.2014, o CEI entendeu que o relatório preliminar perdeu sua validade. O único documento que representa a análise e os entendimentos do CEI é este, presente, relatório.” (Relatório Final, págs. 20/21)

No que diz respeito à impugnação apresentada pelo Dr. Ricardo Barbosa Alfonsin, convém ressaltar que suas razões podem e devem ser validamente deduzidas no contexto de um procedimento de natureza condenatória, que observe a garantia do contraditório, e no qual serão ponderadas e avaliadas com isenção todas as manifestações das partes envolvidas.

57. Para a elaboração deste parecer, os signatários se restringiram ao exame de documentos, no sentido técnico da expressão (instrumentos que informam fatos), para avaliar as conclusões a que chegou o Relatório final da CEI, e no desenvolvimento desta tarefa não são eficientes, nem compatíveis, eventuais valorações sobre razões de defesa de administradores ou terceiros envolvidos na dinâmica dos fatos.

Salientamos, ademais, que a avaliação da conveniência para que a Companhia proceda, ou não, contra seus administradores e terceiros, bem como a efetiva imputação de suas responsabilidades é função não só do adequado e exauriente levantamento dos danos causados, mas também de razoável entendimento acerca da formação do juízo de culpa que o julgador competente, à luz dos fatos, possa vir a executar.

Não compete aos signatários concluir pela gradação e individualização de culpas e impor penalidades aos responsáveis, tendo em vista que, como é óbvio, a consulta não contemplou a formulação de requerimento próprio de um procedimento condenatório, mesmo porque o estabelecimento de um eventual “juízo arbitral informal” – embora inadequado e sem qualquer efeito legal ou prático – demandaria o estabelecimento impositivo de contraditório incompatível com as atribuições de um parecerista.

Com essas breves considerações, seguem, divididas por temas, as conclusões finais a que chegaram os signatários.

Autoria e Responsabilidade pelos Ilícitos Apurados

58. A partir do que se contém no Relatório e demais elementos documentais que nos foram apresentados, pode-se concluir pela imputação de responsabilidade em “dois planos” e grupos distintos, a saber: o primeiro plano, que reúne os agentes do núcleo central da ação, divide-se em dois subgrupos, um (i) integrado pelas pessoas acerca das quais restou provada, mediante coleta de prova material, sua participação direta na concepção e prática dos atos que resultaram na operação de venda do “negócio máquinas” da Taurus (Grupo A); e outro (ii) integrado por aquelas pessoas acerca das quais – nada obstante não haja prova material direta de sua participação – pode-se inferir logicamente, por elementos circunstanciais e indiciários, sua omissão dolosa (Grupo B).

59. Em um segundo plano, estariam todos os demais administradores acerca dos quais inexistiu prova, direta ou indiciária, da prática de atos dolosos que autorize, diante dos elementos até aqui conhecidos, uma imputação de responsabilidade civil pelos danos advindos da operação. A culpabilidade desses agentes resulta, todavia, de omissão no cumprimento de seus deveres de cuidado e diligência relativamente à fiscalização dos diretores e à elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2012.

Vale ressaltar que, embora o §1º do art. 158 da LSA estabeleça, como regra geral, que o administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, consagrando assim o princípio da responsabilidade individual, a lei, todavia, cria exceção a essa regra, ao dispor que o administrador é responsável pelos ilícitos de outros administradores se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir sua prática.

60. A atribuição de culpa por omissão – e consequente responsabilidade pelo dever de indenizar – àqueles administradores cuja participação direta não está demonstrada tem por fundamento o não cumprimento dos deveres de diligência (que compreende o de bem se informar, como exposto no item 24 acima) e o de fiscalizar, que lhes são impostos, sendo de se

destacar, especificamente quanto aos membros dos conselhos de administração e fiscal, os seguintes dispositivos da Lei das S.A:

“Art. 142. Compete ao conselho de administração:

.....

III – fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

V – manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria”

“Art. 163. Compete ao conselho fiscal:

.....

I – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

.....

IV – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia.”

61. No caso da consulta, a imputação de culpa por omissão se revela ainda mais robusta quando se verifica que eram evidentes as fragilidades do contrato de alienação de quotas da SML relativamente ao (muito improvável) recebimento da Parcela B (no valor de R\$ 51,350 milhões) do preço, a que todos os membros do Conselho de Administração tiveram acesso, sendo de se destacar a esse respeito a seguinte passagem do Relatório (grifo aditado):

“Analisando objetivamente o Contrato, observa-se que a redação das condições de pagamento da parcela B da Cláusula Quinta do Contrato assinado em 21.06.2012, cujo texto foi reproduzido acima, revela per se que essa

parcela não seria paga, na medida em que o valor de cada prestação seria calculado a razão de 1% (na melhor hipótese) da Receita Líquida da SML.

Como mostra o quadro abaixo, no cenário mais favorável à TMFL [*Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.*], a Receita Líquida da SML teria de ser de pelo menos R\$5,1 bilhões, ao longo de 5 anos, correspondente a uma receita líquida média mensal mínima de R\$85,5 milhões.

.....

Note-se que a receita líquida mínima necessária para o pagamento da parcela B era incongruente com histórico da TMFL e o valor do conjunto de ativos que estava sendo negociado. Com efeito, admitindo-se que R\$115,3 milhões fosse o valor justo desses ativos, a receita líquida de R\$85,5 milhões corresponderia a um giro mensal (receita líquida/ativo) de 0,75 vezes, equivalente a um giro anual de 8,9 vezes o valor do ativo. Portanto, não seria razoável supor que essa receita líquida fosse alcançada e, conseqüentemente, que o crédito viesse a ser pago.” (itens 137 a 139)

62. Tomando por base o conjunto de pessoas relacionadas na consulta – e que são referidas no Relatório – os integrantes de cada um dos dois subgrupos do primeiro plano de pessoas responsabilizáveis, referidos no item 58 acima, são assim distribuídas:

I – Primeiro Plano, Grupo A (participação direta ou próxima):

- (a) Amoreti Franco Gibbon, membro do conselho fiscal;
- (b) Dennis Braz Gonçalves, Diretor-Presidente;
- (c) Edair Deconto, Diretor Executivo de Auditoria;
- (d) Felipe Saibro Dias, Diretor Executivo de Finanças;
- (e) Gilmar Antônio Rabaoli, Diretor Executivo Administrativo;
- (f) Jorge Py Velloso, Diretor Vice-Presidente Sênior;
- (g) Marcelo de Deus Saweryn, membro do conselho fiscal;
- (h) Ricardo Alfonsin, advogado externo da Companhia.

II – Primeiro Plano, Grupo B (participação indireta, por omissão dolosa¹⁹):

(a) Luís Estima, presidente do conselho de administração;

(b) Fernando Estima, Vice-Presidente do conselho de administração.

Relativamente a esses dois últimos administradores (Luís Estima e Fernando Estima), sua participação omissiva (diante dos elementos de prova até aqui conhecidos) pode ser claramente inferida a partir de diversos elementos colhidos no curso da investigação e assim sumariados no Relatório (destaque nosso):

“Não se pode excluir, outrossim, a hipótese de que Luís Estima e Fernando Estima tenham tido conhecimento dos fatos, pelo fato de terem acompanhado as negociações, pela posição que ocupavam na Organização, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, pelo poder de comando que exerciam nas deliberações da Companhia, além, evidentemente, pela posição acionária que detinham à época dos fatos. Some-se a isso o fato que, entre os Membros do Conselho de Administração, apenas os conselheiros Luís Estima e Fernando Estima foram endereçados em e-mails encaminhados pelo advogado Ricardo Alfonsin nos dias 25.05.2012 e 11.06.2012, por meio dos quais foram encaminhados minutas de contrato que depois se revelaram documentos simulados, conforme e-mails anexos 19 e 31 do Relatório Control Risks.” (item 179).

Para além desses aspectos, não é crível que tais conselheiros, e que também detinham indiretamente o controle da Companhia, não tivessem conhecimento e não fossem consultados em operação dessa envergadura, especialmente quando se tem em conta os deveres próprios dos controladores, a quem, dentre outros, incumbe os de “dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos sociais” e de “usar o poder com o fim de fazer a Companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social” (LSA, art. 116, b, e parágrafo único).

¹⁹ Entenda-se por omissão dolosa a inação voluntária do administrador diante do conhecimento de fatos à vista dos quais se impunha o dever legal de agir (diligenciar).

63. Em um segundo plano, encontram-se pessoas passíveis de responsabilização em decorrência de culpa omissiva por infringência aos deveres de diligência e de fiscalização²⁰:

(a) Juliano Puchalski Teixeira, membro do conselho fiscal;

(b) Antônio José de Carvalho, membro do conselho fiscal;

(c) Romildo Gouvea Pinto, membro do conselho fiscal;

(d) Danilo Angst, membro do conselho de administração e do comitê de auditoria e riscos;

(e) Oscar Claudino Galli, membro do conselho de administração e do comitê de auditoria e riscos;

(f) Paulo Ricardo Mubarack, membro do conselho de administração;

(g) Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno, membro do conselho de administração;

(h) Sadi Assis Ribeiro Filho, membro do conselho de administração;

64. Relativamente aos membros do conselho de administração, o ato irregular não tem a ver com a participação ativa (dolosa) na perpetração da simulação, mas decorre de sua omissão em não detectar – quando examinaram os diversos instrumentos contratuais por ocasião da formal aprovação da operação em reunião de 21.06.2012 do órgão – que a Parcela B do preço de venda das quotas da SML não seria recebida, pelas razões referidas nos itens 137 a 145 do Relatório, sem que qualquer referência tenha sido feita a este respeito mesmo que fosse em notas explicativas.

²⁰ Esse também foi, em essência, o entendimento do CEI no item 187 do Relatório, *verbis*:

"Portanto, pode-se concluir que os membros, à época, do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Risco deixaram de cumprir o seu dever de cuidado e diligência no que se refere à elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2012. Assim, esses administradores, a critério dos acionistas, podem vir a ter as suas contas do exercício 2012 não aprovadas em assembleia."

No que se refere aos membros do conselho fiscal, não constatamos evidência documental de que aquele órgão tenha tido acesso ao conjunto dos contratos que compuseram a venda das quotas da SML – ressalvados os conselheiros Amoreti Franco Gibbon e Marcelo de Deus Saweryn, que tinham conhecimento das condições em que o negócio estava sendo concluído, tendo em vista terem recebido vários e-mails com minutas e discussões sobre condições do negócio previamente à sua assinatura. De toda sorte, é pouco crível – nem é aceitável – que o conselho fiscal no exercício de suas funções – especialmente as de (i) fiscalização dos atos dos administradores e verificação do cumprimento de seus deveres legais e estatutários e (ii) de exame, ao menos trimestral, do balanço e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia (art. 163, I e VII) – não tivesse tido acesso, ou requerido cópia para exame, de contrato tão relevante para a Companhia, tanto em termos financeiros como operacionais, de sorte a bem cumprir as atribuições legais e estatutárias que lhe cabem.

65. Deixa de ser atribuída qualquer responsabilidade a Dóris Beatriz França Wilhelm, Diretora de Relações com Investidores, por inexistir prova ou mesmo indício de sua participação na dinâmica dos fatos, bem como a partir do que se contém no art. 158, § 3º da Lei das S.A., que, nas companhias abertas, restringe a responsabilidade dos administradores a atos e fatos cujas naturezas se compreendam em sua competência estatutária.

66. A identificação de autoria e a imputação de responsabilidades a que nos referimos neste parecer não abrangem ou excluem aquelas derivadas de possíveis ilícitos administrativos e penais, para os quais a apuração e a formação de juízo de culpabilidade seguem parâmetros diversos daqueles aplicados para os fins de reparação civil.

Identificada a autoria e atribuídas as responsabilidades, a etapa de investigação subsequente, antes que se possa concluir pela pertinência de medidas de reparação civil, é a do levantamento e apuração dos prejuízos causados.

Existência de Prejuízos. Antecedente Lógico e Essencial para Medidas de Reparação Civil

67. Para além de outros prejuízos a serem apurados, inclusive pelo eventual dano à imagem da Taurus, podem desde já ser identificados e quantificados todos os custos e despesas incorridas pela Companhia para a apuração dos fatos objeto deste parecer.

68. O ajuizamento de ação social de responsabilidade contra os administradores da Taurus, como exposto no item 26 e seguintes, de natureza condenatória, com a apuração dos prejuízos causados à companhia e condenação dos responsáveis ao pagamento da indenização devida, pressupõe a demonstração do dano.

Daí porque convém salientar a necessidade de enunciação pormenorizada de todos os elementos probatórios, de ordem factual – já amplamente referidos neste parecer – sem o que não será possível a demonstração do ato irregular (comissivo ou omissivo) que fundamenta o pedido de ressarcimento. Cabe aqui, mais uma vez, citar a observação de prudência feita por LUIZ ANTONIO DE SAMPAIO CAMPOS, quando ressalta que “... o cuidado na deliberação sobre a propositura de ação de responsabilidade não é, em tese, injustificado, seja porque está em jogo o nome e a honra dos administradores, seja porque não é um ato sem consequências para a companhia, que inclusive pode se expor indevidamente e ainda vir a ter que arcar com os ônus da sucumbência. Deve, portanto, ser avaliada não só a real existência de atos irregulares por parte do administrador, mas convém que se forme juízo a respeito da possibilidade de êxito na demanda.” (ob. cit., pp. 1231-2).

69. É importante salientar que em caso como o objeto deste parecer, no qual os danos sofridos pela Companhia decorreram da prática de atos (e omissões) dolosos e culposos de diferentes pessoas, a responsabilidade pela indenização deve ser determinada tendo em vista o grau de culpabilidade de cada um dos envolvidos – matéria que será objeto de discussão na ação de responsabilidade. A este respeito, vale citar a lição de SERGIO CAVALIERI FILHO²¹:

²¹ FILHO, Sergio Cavalieri. Programa de Responsabilidade Civil, 6ª ed., 2ª tiragem. Brasil: Malheiros Editores, p. 68.

“Havendo culpa concorrente, a doutrina e a jurisprudência recomendam dividir a indenização, não necessariamente pela metade, como querem alguns, mas proporcionalmente ao grau de culpabilidade de cada um dos envolvidos. Esta é a lição de Cunha Gonçalves, citada por Sílvia Rodrigues: ‘A melhor doutrina é a que propõe a partilha dos prejuízos: em *partes iguais*, se forem iguais as culpas ou não for possível provar o grau de culpabilidade de cada um dos co-autores: em *partes proporcionais* aos graus de culpas, quando estas forem desiguais. Note-se que a gravidade da culpa deve ser apreciada objetivamente, isto é, segundo o grau de causalidade do acto de cada um. Tem-se objetado contra esta solução que ‘de cada culpa podem resultar efeitos mui diversos, razão por que não se deve atender à diversa gravidade das culpas’; mas é evidente que a reparação não pode ser dividida com justiça sem se ponderar essa diversidade.” (ob. cit., p.182)

Medidas Judiciais Cabíveis

70. Conhecidos e ponderados os fatos que conformam a contabilização do contrato de venda do “negócio máquinas” sem a correta evidenciação dos seus valores, afetando indevidamente tanto o resultado do exercício de 2012 como a situação patrimonial da Companhia, as medidas judiciais passíveis de serem ajuizadas em razão dos danos e prejuízos verificados são as seguintes:

(i) ação social de responsabilidade, proposta pela própria Taurus, contra os administradores responsáveis, com fundamento no art. 159, e também contra terceiros (aí incluídos auditores e o advogado²² que assessorou a Companhia e contribuiu para a perpetração da simulação) que, nos termos do § 5º do art. 158, com o fim de obter vantagem para si ou para outrem, tenham concorrido para a prática do ato com violação da lei; e

(ii) ação individual de responsabilidade, com fundamento no § 7º do art. 159, proposta pelos terceiros prejudicados – os próprios acionistas da Taurus ou seus credores

²² O Relatório destaca que há indícios de que o advogado Ricardo Alfonsin estava ciente do objetivo de se ocultar o prejuízo da operação de alienação da SML para a Renill, tanto que na defesa de sua proposta de honorários ele afirma ter sido o responsável pela elaboração da solução jurídica, ao expressamente referir que “a solução para a parte que superou os R\$64 foi a mais trabalhosa (...)” (cf. itens 166 a 173 do Relatório)

– contra os administradores responsáveis, em razão de eventual (i) compra de ações da Companhia por valor superior ao que estariam dispostos a pagar caso o seu balanço informasse a real situação patrimonial e lucratividade daquela sociedade; e (ii) contratação de fornecimento de produtos e/ou serviços que não seriam contratados se registradas as perdas adequadamente.

Ação Social da Taurus contra seus Administradores Responsáveis

71. Com base nos fatos considerados neste parecer e bem expostos no Relatório, a Companhia poderá ajuizar ação de responsabilidade contra os seus antigos administradores – nomeadamente referidos nos itens 62 e 63 acima – objetivando o ressarcimento integral dos danos por ela sofridos por conta da operação de alienação do “negócio máquinas”. Esta ação deve ser – pelas razões expostas nos n^{os} 34 a 42 deste parecer – cumulada com a ação de anulação da deliberação de aprovar contas dos administradores na AGO/E de 26.04.2013.

72. A legitimação ativa da Companhia para o pedido é evidente, sendo ela a titular do direito à indenização por prejuízos causados ao seu patrimônio.

73. O prazo prescricional da ação que tem por objeto haver reparação civil dos administradores no caso da consulta, considerando a necessidade de (previamente) se anular a quitação dada aos administradores pela assembleia geral de 26.04.2013 (ver itens 34 a 42 deste parecer), é de dois anos, nos termos do art. 286 da Lei das S.A.

Ação Individual dos Acionistas ou Terceiros contra os Administradores Responsáveis

74. Além de prejuízo ao patrimônio da Companhia, o erro no (não) registro de perdas na alienação de ativos da Companhia pode ter trazido prejuízo direto ao patrimônio de seus (i) acionistas e (ii) terceiros que com ela tenham contratado o fornecimento de serviços e/ou produtos, na medida em que o ato ilícito praticado pelos administradores, e terceiros, responsáveis induziu-os, respectivamente, (i) a eventualmente adquirir ações da Taurus por preço superior ao que estariam dispostos a pagar, caso fosse de seu conhecimento as reais

condições patrimoniais da Companhia e (ii) contrataram em bases e condições que talvez não contratassem, caso tivessem conhecimento da real situação patrimonial da Companhia.

75. Para esse tipo de ação há, obviamente, necessidade das mesmas provas acerca (i) da culpabilidade dos administradores e terceiros e (ii) dos danos sofridos.


76. No caso, aplica-se o prazo prescricional de 3 anos de que trata o artigo 187, II, “b”, 2 da LSA, contado o prazo da publicação da ata que aprovar o balanço (no caso, a AGO/E de 26.04.2013) referente ao exercício em que a violação tenha ocorrido.

É o nosso parecer.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 2014.



Luiz Alberto Colonna Rosman



Ary Azevedo Franco Neto